



**Universidade de Cabo Verde**  
**Departamento das Ciências Sociais e Humanas**  
**Licenciatura em Letras/ ECVP – Ensino**  
**Ano lectivo 2009-10**

**Mónica Raquel Gonçalves Andrade**

**CONSTRUÇÕES EXPLETIVAS E ARBITRÁRIAS NO  
PORTUGUÊS EUROPEU E NO PORTUGUÊS  
BRASILEIRO: UM ESBOÇO DE ANÁLISE  
COMPARATIVA**

**Praia, Setembro de 2010**

**Mónica Raquel Gonçalves Andrade**

Construções expletivas e arbitrárias no Português Europeu e no Português  
Brasileiro: um esboço de análise comparativa

Trabalho científico apresentado na UNI-CV para a obtenção do grau de  
Licenciado em Estudos Cabo-verdianos e Portugueses, sob a orientação do  
Mestre Emanuel de Pina.

Praia, Setembro de 2010

O Júri

---

---

---

UNI-CV, -----/-----/-----

## **Dedicatória**

Aos meus pais, Arnaldo de Andrade e Domingas Gonçalves Andrade por terem-me dado a vida e todo o apoio necessário.

Aos meus irmãos pelo apoio e incentivo.

## **Agradecimentos**

Agradeço:

- a Deus, pois acredito que sem Ele um ser humano não conseguiria alcançar vitórias;
- ao meu orientador, Mestre Emanuel de Pina que esteve sempre presente para me orientar em todos os momentos desta pesquisa. Mostrou-se sempre disponível, compreensível, paciente e dedicado;
- aos meus familiares, particularmente os meus pais que souberam me amparar nos momentos mais difíceis da minha vida;
- aos meus irmãos, Ana, Maria de Fátima, Sónia, Graça, Arnaldo, Mara e Jussara, pelo apoio e incentivo que me deram ao longo desta árdua caminhada;
- à Eloisa Mendes por ter-me facultado o jornal *O Público*, que constituiu uma das amostras essenciais de confirmação dos dados empíricos recolhidos;
- a todos os meus amigos que me apoiaram com uma palavra encorajadora, não podendo mencioná-los todos, quero expressar-lhes os meus sinceros agradecimentos;
- a todos os meus professores, que contribuíram para alargar os meus conhecimentos durante estes anos de formação.

## Índice

<b>Introdução</b> .....	8
 <b>Capítulo I - Língua Portuguesa: questão de variação e variedades entre português europeu e português brasileiro</b> .....	16
1.0. Introdução .....	16
1.1. Algumas abordagens teóricas sobre variação, variantes e variedades .....	16
1.2. Relações entre variedades .....	20
1.3. As normas do português europeu e do português brasileiro .....	21
1.4. Português europeu e português brasileiro mesma língua ou duas variedades de uma língua? .....	24
1.5. Conclusão .....	27
 <b>Capítulo II – Construções expletivas e arbitrárias no português europeu e no português brasileiro</b> .....	28
2.1. Metodologia usada e breve caracterização das amostras .....	28
2.2. Breves abordagens sobre a Teoria de Princípios e Parâmetros e o Teorema PRO .....	29
2.2.1. As categorias vazias: <i>pro</i> e PRO .....	32
2.2.1.1. A diferença entre <i>pro</i> expletivo e <i>pro</i> referencial .....	34
2.3. O parâmetro do Sujeito Nulo vs não-nulo .....	35
2.3.1. O caso do português .....	39
2.3.2. O caso das línguas de sujeito <i>não-pro-drop</i> .....	41
2.4. Construções expletivas .....	42
2.4.1. Construções expletivas com verbos meteorológicos e existenciais: confronto entre PE e PB .....	47
2.5. Construções arbitrárias .....	58
2.5.1. Construções arbitrárias com os verbos <i>querer</i> , <i>tentar</i> e <i>desejar</i> : confronto entre PE e PB .....	61
2.6. Aspectos sintáticos e semânticos semelhantes ou diferentes entre o PE e PB nas	

realizações de construções expletivas e arbitrárias .....	64
2.7. Conclusão .....	65
<b>Capítulo III – Considerações finais .....</b>	<b>67</b>
3.1. Introdução .....	67
3.2. Quadro comparativo de realização de construções expletivas e arbitrárias no PE e no PB .....	67
Bibliografia .....	71
Anexos .....	74

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como tema *Construções Expletivas e Arbitrárias no Português Europeu e no Português Brasileiro: um esboço de análise comparativa*. Enquadra-se no âmbito da elaboração do Trabalho Científico para a obtenção do grau de licenciatura em Línguas, Literaturas e Culturas / Estudos Cabo-Verdianos e Portugueses. Tem como principal objectivo efectuar um estudo comparativo acerca das construções expletivas e arbitrárias no Português Europeu (doravante PE) e no Português Brasileiro (doravante PB).

Relativamente às construções expletivas e arbitrárias, constatámos, ao longo das nossas investigações, que nas duas variedades linguísticas em estudo registam-se aspectos semelhantes entre essas construções. Mas, a par dessas semelhanças, encontrámos enunciados que se realizam de modo bastante diverso, pois embora o PB geralmente não admita sujeitos referenciais nulos, ao contrário do PE, ambas as variedades linguísticas admitem sujeitos expletivos e arbitrários. A título exemplificativo, no PB, destacam-se as construções existenciais que se realizam com os verbos *haver* e *ter*, diferentemente do PE em que tais construções se actualizam apenas com o verbo *haver*.

Estes e outros tópicos serão abordados nos capítulos centrais desta monografia.

### **1- Justificação da escolha do tema**

A escolha deste tema deve-se, por um lado, ao facto de termos identificado o problema de partida desta monografia com inquietação, aquando do estudo da disciplina de *Sintaxe e Semântica do Português* leccionada pelo Mestre Emanuel de Pina. As aulas desta cadeira despertaram em nós o interesse em estudar de uma forma mais aprofundada as questões que se levantam a propósito desta temática. Também, o facto de as duas variedades linguísticas em estudo admitirem sujeitos expletivos e arbitrários em construções que se realizam de maneira diversa torna relevante a opção por este estudo.



Por outro lado, fazer uma formação em Letras, particularmente em matéria que tem que ver com a Língua Portuguesa pressupõe que o formando tenha desenvolvido e aprofundado, entre outros, os mais diversos tópicos acerca da Linguística desta língua e das suas variedades. Por isso, o estudo desta temática pareceu-nos importante não só para o desenvolvimento de estudos nessa área, mas também servir-nos-á para aperfeiçoarmos os conhecimentos acerca das realizações de construções expletivas e arbitrárias em PE e em PB.

## **2- Perguntas de partida**

A produção de um trabalho científico exige, numa fase inicial, a elaboração de algumas questões em torno do tema de pesquisa. São estas questões que nortearão toda a investigação e a partir delas são traçados os objectivos como forma de tentar resolvê-las, propondo soluções durante a investigação.

Tendo em conta que nos propusemos desenvolver o presente tema numa perspectiva comparada, pusemos o enfoque em duas grandes questões que formulámos do seguinte modo:

**Questão 1** – Num estudo comparativo entre o PE e o PB pode afirmar-se que há mais semelhanças do que diferenças, no que diz respeito à realização de construções expletivas e arbitrárias nestas variedades linguísticas?

**Questão 2** – Que aspectos sintácticos e/ou semânticos fazem aproximar ou divergir as duas variedades linguísticas no que concerne à realização das construções expletivas e arbitrárias?

## **3- Objectivos**

Os objectivos são os que se enunciam de seguida:

### **(i) Geral**

- Efectuar um estudo comparativo acerca das construções expletivas e arbitrárias no

PE e no PB.

(ii) **Específicos**

- Descrever algumas abordagens acerca das Teorias de Princípios e Parâmetros e o Teorema de PRO;
- Apresentar e analisar alguns conceitos que focalizam e definem as construções expletivas e arbitrárias em Linguística Portuguesa;
- Identificar os aspectos semelhantes e diferentes que ocorrem nas construções expletivas e arbitrárias no PE e no PB;
- Apresentar os dados das amostras, as análises realizadas e os resultados da pesquisa;
- Propor descrições e explicações referentes às construções expletivas e arbitrárias no PE e no PB, na perspectiva de vários teóricos;
- Apresentar um quadro comparativo com realização de diversas construções expletivas e arbitrárias nas duas variedades linguísticas em estudo.

**4- Opções metodológicas**

Esta pesquisa é de natureza teórico-prática. Por isso, adoptámos como método de trabalho a pesquisa de bibliografias específicas que retratam a questão do sujeito nulo, concretamente os pressupostos que têm que ver com as construções expletivas e arbitrárias em português.

Em se tratando também dum estudo comparativo sobre a realização de construções expletivas e arbitrárias no PE e no PB, recolhemos um corpus linguístico, a partir dos textos dos jornais português – *Público* – datado de 09/04/2010 e brasileiro – *O Povo* – datado de 10/08/2009. Escolhemo-los como amostras, tendo em conta que são textos sempre actuais que nos possibilitam a confirmação de dados empíricos que teremos em consideração na confrontação de exemplos que descrevem casos de

construções expletivas e arbitrárias no PE e no PB.

## 5- Enquadramento teórico

Esta pesquisa focaliza o estudo das construções expletivas e arbitrárias no PE e no PB numa perspectiva comparada, porque embora se tratem de duas variedades de uma mesma língua, cada uma apresenta a sua estrutura gramatical que, no seu conjunto, enforma e descreve tópicos que marcam semelhanças e diferenças entre essas duas variedades linguísticas em referência.

Tarallo (1993) *apud* Lucchesi e Lobo (1996) defende que “a emergência de uma gramática brasileira que, ao final do século XIX, mostrava claras diferenças estruturais em relação à gramática portuguesa”.

Conforme a definição do objecto de estudo que propusemos trabalhar, começaríamos por citar Duarte (1993) que, entre outros argumentos, afirma que dentro do conjunto de mudanças sintáticas por que passou o português do Brasil, há que se referir à importante evolução de uma marcação do parâmetro *pro-drop*, coincidindo com uma significativa redução ou simplificação nos paradigmas flexionais. (Cf. Duarte (1993) *apud* Lucchesi e Lobo, in Faria et al. (1996)).

Figueiredo Silva (1996), Coelho et al. (2001) e Costa e Galves (2001) *apud* Pratas (2002:90), sustentam que o PB tem a tendência de perder contextos de ocorrência de sujeito nulo, contextos que se mantêm firmes em favorecer o sujeito nulo no PE. No entanto, o PB admite a realização de sujeitos expletivos, tendo em conta que o sujeito nulo é a única opção, sendo impossível o preenchimento desta posição por qualquer elemento lexical. Vejam-se os seguintes exemplos:

- (1) a. Está chovendo.
  - b. Parece que o João chegou.
- (Coelho et al., 2001: 393).

Estes exemplos sugerem que o PB admite a realização de um *pro* expletivo (cf. Coelho et al. op. cit.). Aliás, na perspectiva dos autores acima referenciados, o PB admite um *pro* em construções expletivas e arbitrárias.

As construções expletivas e arbitrárias enquadram-se no parâmetro do sujeito

nulo (ou parâmetro *pro-drop*), visto que são formas de realização de sujeito nulo que podem ou não ocorrer numa língua. O parâmetro *pro-drop* vem sendo abordado desde os estudos gramaticais de carácter mais tradicional até agora.

Nas *Gramáticas Normativas* ou *Prescritivas* podem verificar-se estudos de verbos impessoais e sujeitos “subentendidos” ou “ocultos” que podem ocorrer em línguas românicas, como o Português, o Espanhol, o Italiano, entre outras. (Cf. Gonçalves, 1994).

Para Barbosa (1822:261-262) *apud* Gonçalves (1994:5), todo o verbo da proposição concorda em número e em pessoa com o sujeito da mesma, clara ou oculto (...). Os pronomes entendem-se sempre quando os verbos se põem sem elles, como *amo, amas, ama, amamos*<sup>1</sup>; e nos verbos impessoais, como *vive-se, chove, neva*, entende-se-lhes de fora o sujeito.

Said Ali (1908) *apud* Gonçalves (1994), por seu turno, assinala a particularidade das construções existenciais com o verbo *haver*, defendendo que estas não têm sujeito, assim como os verbos impessoais que exprimem fenómenos da natureza, em que não se consegue identificar separadamente um sujeito e um predicado.

Nesta linha de ideias, Cunha e Cintra (1984) afirmam que a omissão do sujeito seria possível, porque através das desinências verbais pode-se identificar o sujeito subentendido. E chamam a atenção para o facto de que não se deve confundir “sujeito indeterminado” (3ª pessoa do plural ou 3ª pessoa do singular com o pronome *se*), que não encontra expresso, com sujeito inexistente dos verbos impessoais. Assim para estes autores, os verbos meteorológicos e *haver*, por exemplo, caracterizam-se por não terem sujeito. (Cf. Cunha e Cintra, 1984:130 *apud* Gonçalves, 1994:7).

Sobre esta temática, autores das décadas de 70 e 80 nomeadamente Chomsky (1981), Rizzi (1982), entre outros, debruçaram-se sobre várias descrições linguísticas provenientes das Gramáticas Tradicionais, mas propondo sempre explicações mais aprofundadas. Deste modo, Chomsky (1981), numa obra que marcou a concepção do modelo teórico da Gramática Generativa inserta na Teoria de Princípios e Parâmetros, referiu-se às propriedades fundamentais tradicionalmente ligadas às línguas em que são permitidos sujeitos foneticamente vazios em frases finitas. Defende que a possibilidade

---

<sup>1</sup> O itálico é nosso.

da omissão do sujeito em frases finitas deveria ser da responsabilidade do parâmetro *pro-drop*.

Segundo Chomsky (op. cit.), *pro* é a categoria vazia que aparece na posição de sujeito das línguas de sujeito nulo, porque traça a fronteira entre as línguas de Sujeito Nulo e as que não o são, enquanto PRO é uma categoria considerada universal.

Raposo (1992) salienta que *pro* possui uma matriz gramatical. Esta especifica através de um sistema de traços distintivos, sua composição relativamente a propriedades como número, género, pessoa e caso, assim como um pronome fonético. Afirma que tal como os pronomes *il* do francês e *it* do inglês, *pro* pode também ser um pronome expletivo, i. e., sem significação e nem referência, restringido pela teoria- $\theta$  (teoria temática) a ocupar posições-A (posição argumental) não- $\theta$  (não temática), como a de sujeito do verbo *parecer*. Este teórico também admite a existência da categoria vazia argumental PRO, como sendo uma categoria considerada universal que pode aparecer em frases não finitas. (Cf. Raposo, 1992:328-329 e 458).

De acordo com o Dicionário de Termos Linguísticos (1992), PRO é uma categoria vazia que funciona tipicamente como o sujeito das orações não finitas e não flexionadas. PRO pode ter referência arbitrária e pode ser controlado por um NP argumento da oração (Xavier e Mateus, 1992:308), como no exemplo: “*O João quer jogar à bola.*” Nos casos em que não é controlado, PRO tem uma interpretação arbitrária, como em: “*É difícil controlar uma moto tão pesada.*” (Cf. a este propósito, Raposo, 1992:459).

No que diz respeito às *construções expletivas*, encontramos em Mateus et al. (2003) pressupostos teóricos que sustentam que os sujeitos expletivos também são denominados gramaticais, aparentes, vazios que, em algumas línguas, têm realização lexical. Mas no Português Europeu e Português Brasileiro não apresentam realização lexical. Nestas variedades linguísticas, entre outras ocorrências, os sujeitos expletivos, geralmente, marcam a posição de sujeito em construções com verbos impessoais, como em (2), com verbos de elevação, como em (3), com sujeitos frásicos extra postos, como em (4) e em construções existenciais, como em (5).

- (2) a. Chove torrencialmente.  
b. It rains (...)
- (3) a. Parece que o João já chegou.

- b. It seems John has already arrived.
- (4) a. Surpreende-me que o João tenha chegado atrasado.  
b. It surprises me that John came late.
- (5) a. Há três janelas na sala.  
b. There are three Windows in the room.
- (Mateus et al., 2003: 282).

Nesta mesma linha de ideias, Raposo (1992) e Baptista (2000) sustentam que as construções arbitrárias são uma das formas de realização de construções expletivas. Nesta perspectiva, o exemplo referido em (3) acima pode ser considerado um caso típico de uma construção arbitrária. Porém, Figueiredo Silva (1996), Coelho et al. (2001) e Costa e Galves (2001) admitem a realização de um *pro* em construções expletivas e arbitrárias de modo separado, ou seja, estes teóricos não consideram as construções arbitrárias como uma das realizações de construções expletivas.

Estes e outros pressupostos teóricos são referenciados ao longo do trabalho, visto que são as fundamentações teóricas que sustentam esta pesquisa.

## **6- Estrutura do trabalho**

No primeiro capítulo, começámos por apresentar as abordagens teóricas sobre os conceitos de *Variação*, *Variantes* e *Variedades* na perspectiva de teóricos como: Marçalo (1994), Mota (1996), Ferreira et al. (1996) e Mateus et al. (1983 e 2003). Debruçámo-nos sobre algumas questões, tais como: relações entre variedades; as normas do Português Europeu (PE) e do Português Brasileiro (PB). Por último, destacámos algumas linhas de leitura que nos permitem compreender se o PE e o PB podem ser considerados mesma língua ou duas variedades de uma língua. Neste estudo, assume-se que o PE e o PB são duas variedades de uma língua, já que cada um caracteriza-se por uma estrutura gramatical própria. E, é com base nesse pressuposto, que os referimos ao longo do segundo capítulo, particularmente, na análise comparativa da realização de construções expletivas e arbitrárias.

No segundo capítulo, entre outros aspectos, focalizamos breves abordagens teóricas sobre a Teoria de Princípios e Parâmetros e do Teorema de PRO, bem como algumas propostas de descrição e explicação referentes às construções expletivas e

arbitrárias ocorrentes no PE e no PB, tendo em conta que este trabalho é essencialmente descritivo, embora algumas análises serão contextualmente correlacionadas com outras de cariz teóricas no intuito de clarificar todos os conceitos e/ou propostas que vão sendo abordados a partir dos dados empíricos recolhidos nas amostras trabalhadas.

Finalmente, no terceiro capítulo, apresentámos um quadro comparativo de realização de construções expletivas e arbitrárias no PE e no PB e as conclusões a que se chegaram a partir deste estudo.

## **Capítulo 1**

### **Língua Portuguesa: questão de variação e variedades entre o português europeu e o português brasileiro**

#### **1.0. Introdução**

A língua é viva e dinâmica, porque está sujeita a alterações. Estas alterações ocorrem a nível fonético, morfológico, sintáctico e semântico. E acontecem devido a factores como: o tempo, a situação geográfica e situações socioculturais.

A Língua Portuguesa, sendo uma língua viva, é falada por vários falantes de continentes diferentes. Neste sentido, podemos considerá-la como uma casa grande que alberga pessoas que falam igual e de modo diferente, porque em cada região ela tem a sua especificidade.

Assim, neste capítulo, abordaremos as questões de *variação*, *variantes* e *variedades*, tendo como enfoque principal o PE e o PB (cf. a subsecção 1.1.). Trataremos também a questão de *relações entre variedades* (na subsecção 1.2.) e *as normas do PE e do PB* (na subsecção 1.3.). Por último, serão afloradas algumas linhas de leitura que nos permitem compreender se o PE e o PB podem ser considerados mesma língua ou duas variedades de uma língua (cf. a subsecção 1.4.).

#### **1. 1. Algumas abordagens teóricas sobre variação, variantes e variedades**

*Variação*, *variantes* e *variedades* são conceitos que estão implícitos na Língua Portuguesa, pois como qualquer outra língua natural, ela sofre variações no tempo e no espaço. Este último factor permite que haja variantes do português. É o caso, por



exemplo, da existência do Português Europeu e do Português Brasileiro. E em cada variante há variedades linguísticas (cf. Mateus et al., 1983).

No que diz respeito à *variação*, o Dicionário de Termos Linguísticos (*s.d.*) define-a como “o fenómeno pelo qual uma determinada língua nunca é, numa dada época, lugar e grupo social, igual ao que era numa outra época, num outro lugar e num outro grupo social”. (Cf. Xavier e Mateus (*s.d.*, Vol. I, pág.392)).

Ainda neste dicionário, encontra-se o conceito de *variação* como sendo diferenças no discurso falado ou escrito de um indivíduo ou de um grupo de indivíduos conforme a situação, o tópico, o interlocutor e o espaço. Pode ser observada sincronicamente no uso que os diferentes grupos etários fazem dos sons, palavras, expressões ou estruturas frásicas. (Cf. Xavier e Mateus (*s.d.*, Vol. I, pág. 392)).

A partir destes dois conceitos, pode verificar-se que o conceito de *variação* está intimamente ligada a noção de mudança, porque a língua muda constantemente, ou seja, ela varia. Neste sentido Labov (1972) *apud* Mota (1996) refere-se à *mudança linguística* em termos de característica iniludível de qualquer língua.

Mota (1996), por seu turno, afirma que a *mudança linguística* é um fenómeno que afecta as línguas no seu porvir histórico, porque todo o sistema linguístico é constituído por subsistemas sujeitos a transformação, por vezes em conjunto com outros subsistemas, por vezes isoladamente. Por detrás da mudança está a *variação linguística*, fenómeno inerente aos sistemas, ou seja, variação que lhes confere o carácter heterogéneo, embora funcionalmente organizado e em equilíbrio.

Coseriu (1979:19) *apud* Marçalo (1994) afirma que a língua que muda é a língua real em seu existir concreto. E Humboldt *apud* Marçalo (op. cit.) diz que se deve considerar a língua não como um produto morto, mas como uma produção, na medida em que ela não é uma obra – *ergon*<sup>2</sup> –, mas sim uma actividade – *energia*<sup>3</sup>, uma actividade criadora, ou seja, uma actividade que vai para além do aprendido, que não repete simplesmente o aprendido. (Cf. Marçalo, in Associação Portuguesa de Linguística, 1994:90-91).

---

<sup>2</sup> O itálico é nosso.

<sup>3</sup> Cf. a Nota 2.

Para Ferreira et al. (1996), a língua que usamos está sujeita a variação e qualquer pessoa pode aperceber disso. Salientam que a variação ocorre a nível regional, histórica, social ou situacional. Estando todas as línguas vivas sujeitas a factores de mudança, a variação que deles decorre faz parte integrante da linguagem humana e pode ser estudada. (Ferreira et al., in Faria et al., 1996:479-480).

Deste modo, segundo Theodora Bynon (1977) *apud* Marquilhas (1996), a realidade linguística nunca é completamente homogénea: a distância geográfica, a estratificação social e os diferentes graus de formalismo das ocasiões de comunicação são factores de variação, tanto no discurso de diferentes indivíduos, como no de um mesmo indivíduo. (Cf. Marquilhas, in Faria et al., 1996:583).

Marçalo (1994) sustenta que uma língua é instrumento de comunicação, que não é conflitual com a mudança, pelo contrário, implica-a. Como repetidamente Martinet tem afirmado, uma língua muda porque funciona. O sistema existe em movimento, ou seja, não há contradição entre sistema e mudança. Marçalo ressalta ainda que as línguas não são estáticas nem homogéneas, por isso, as mudanças são explicadas dentro do funcionamento da língua, pois a própria estrutura de uma língua é um aspecto do seu funcionamento, sendo qualquer mudança estrutural marca evidente da alteração efectiva. As relações das unidades e as suas modificações no interior de um sistema são determinadas por factores funcionais. (Cf. Marçalo, in Associação Portuguesa de Linguística, 1994:90).

Também Cunha e Cintra (1999:3) afirmam que é recente a concepção de língua como instrumento de comunicação social, maleável e diversificado em todos os seus aspectos, ou seja, como meio de expressão de indivíduos que vivem em sociedades também diversificadas social, cultural e geograficamente.

Para Cunha e Cintra (op. cit.), uma língua histórica não é um sistema linguístico unitário, mas um conjunto de sistemas linguísticos, i. e., um Diassistema, no qual se inter-relacionam diversos sistemas e subsistemas. E postulam que a variação é inerente ao sistema da língua e ocorre em todos os níveis, nomeadamente: fonético, fonológico, morfológico e sintáctico. Essa multiplicidade de realizações do sistema, segundo esses autores, em nada prejudica as suas condições funcionais.

Salientam que uma língua apresenta, pelo menos, três tipos de diferenças internas, que podem ser mais ou menos profundas:

- (i) Diferenças no espaço geográfico, ou variações diatópicas (falares locais,

variantes regionais e, até, intercontinentais);

- (ii) Diferenças entre as camadas socioculturais, ou variações diastráticas (nível culto, língua padrão, nível popular, etc.);
- (iii) Diferenças entre tipo de modalidade expressiva ou variações diafásicas (língua falada, língua escrita, língua literária, linguagens especiais, linguagem dos homens, linguagem das mulheres, etc. (Cunha e Cintra, 1999:3).

Duarte (2000), por seu turno, ressalta que a mera observação do que se passa à nossa volta permite-nos concluir que a língua portuguesa não é homogénea, i. e., apresenta áreas mais ou menos extensas de variação imputáveis a factores de diferente natureza. Destaca, em primeiro lugar, o factor geográfico, na medida em que há diferentes nações ou estados em que o português é a língua oficial. A título exemplificativo, temos o Português falado em Portugal (denominado português europeu) e o falado no Brasil (denominado português brasileiro). Apresentam diferenças fonológicas, lexicais e sintácticas muito evidentes.

Para Duarte (op. cit.), além do factor geográfico, outros factores contribuem para que haja variação na língua, tais como: o factor de ordem social que se deve ao facto de os falantes pertencerem a determinados grupos sociais e profissionais caracterizados por certos níveis culturais e de escolarização. Condiciona os sistemas de conhecimentos e crenças que adquirem e traduz-se em comportamentos diversificado, no âmbito dos quais se incluem usos diferenciados da língua. É a variação social ou diastrática; o grau de formalidade da situação discursiva e a modalidade de uso utilizada (oral ou escrito) determinam, em cada falante, uma variação dos estilos ou registos de língua utilizados – variação diafásica; também a língua de uma comunidade linguística vai mudando ao longo do tempo. Esta é denominada variação diacrónica. (Cf. Duarte, 2000:21-26).

Pode concluir-se que todas as línguas estão sujeitas a variações e são os vários factores acima referenciados que contribuem para a sua mudança.

No que diz respeito ao conceito de *variante/variantes*, Mateus et al. (1983:21) afirmam que se denominam **variantes** ou **normas** as variedades de uma única língua utilizadas em diferentes países. No interior de cada variante ou norma, registam-se variedades chamadas dialectos com um estatuto de igualdade do ponto de vista linguístico. E a escolha de um desses dialectos para ser utilizado nos meios de

comunicação de massas (e geralmente no ensino a nacionais e estrangeiros) e a sua denominação como norma-padrão baseia-se portanto em razões exclusivamente socioculturais e políticas.

De acordo com o Dicionário de Termos Linguísticos (*s.d.*), a *variedade linguística*<sup>4</sup> é a expressão linguística sistematicamente controlada por variáveis situacionais. Por vezes, a diferenciação situacional no âmbito da língua pode ser facilmente estabelecida, como acontece com as variedades regionais (português Europeu vs português Brasileiro). Noutros casos, a distinção é mais difícil de estabelecer, como acontece com variedades sociais e variedades ocupacionais ou profissionais, sobretudo porque a sua definição envolve a intersecção de diversas variáveis (sexo, idade, ocupação, etc.). O termo *variedade*<sup>5</sup> pode englobar os conceitos de dialecto, registo e falar, havendo também autores que o utilizam num sentido mais restrito de diferenciação situacional dentro de um determinado dialecto, como por exemplo, gírias profissionais. (Xavier e Mateus (*s.d.*, Vol. I, pág. 355)).

Neste estudo, levámos em consideração apenas a primeira abordagem sobre o conceito de *variedade*, particularmente, no que diz respeito às variedades regionais de uma mesma língua. Assunto a que voltaremos na subsecção que se segue.

## **1.2. Relações entre variedades**

Na perspectiva de Mateus et al. (1983:33), se do ponto de vista linguístico, todas as variedades se encontram no mesmo nível, uma vez que todas preenchem, adequadamente, as necessidades de comunicação, i. e., se não há variedades «correctas» e «incorrectas», isto significa que não há sítios onde se fale «bem» ou «mal» e é legítimo e desejável que a totalidade dos dialectos e dos sociolectos seja descrita e analisada.

Porém, não se pode dizer igualmente acerca do estatuto que as instituições sociais atribuem a essas variedades. Neste sentido, a escola adopta e difunde uma

---

<sup>4</sup> O itálico é nosso.

<sup>5</sup> Cf. a Nota 4.

variedade correspondente, grosso modo, à que é utilizada pela classe socialmente dominante na região mais prestigiada do país. No caso de Portugal, a norma-padrão coincide com os dialectos falados em Lisboa e em Coimbra. No Brasil, coincide com os dialectos falados em São Paulo e no Rio de Janeiro. Estas são as «normas» aceites e ensinadas pela escola a falantes naturais e estrangeiros, e que constituem a base das variedades empregadas nos meios de comunicação (cf. Mateus et al., 1983:33).

Em Mateus (op. cit.), salienta-se que a língua portuguesa uniformizada (norma-padrão) não coincide com a que os mesmos falantes usam na comunicação espontânea em situações naturais da sua vida quotidiana, pois a língua empregada oralmente se insere no acto complexo da comunicação, em que variáveis múltiplas lhe conferem uma especificidade que só recentemente começou a ser analisada. (Mateus et al., 1983:33-34).

Nesta perspectiva, admitem que a língua falada por qualquer sociedade apresenta constantes mudanças em consonância com as alterações sofridas pelo funcionamento do próprio corpo social, sobretudo quando essa língua é utilizada por diferentes comunidades nacionais – como é o caso do português. Deste modo, a sua descrição, tomando necessariamente como base uma variedade e um momento, procura captar os padrões comuns que permitem considerar as variedades como pertencentes a uma única língua. (Cf. Mateus et al., 1983:34).

Assim, neste estudo levamos em consideração os aspectos semelhantes e diferentes que fazem aproximar e divergir as duas variedades linguísticas em estudo no que se refere à realização de construções expletivas e arbitrárias, a fim de efectuarmos uma análise comparativa. Em 1.3. abordaremos as normas do português europeu e do português brasileiro.

### **1.3. As normas do português europeu e do português brasileiro**

Segundo Cuesta e Luz (1971:120), a norma culta brasileira diverge da portuguesa não só em termos fonéticos ou no léxico cultural, mas também nas particularidades sintácticas cada vez mais aceites pela literatura, a qual, sobretudo a partir do Modernismo (1922), procura diminuir a distância que separa a língua escrita da oral.

De acordo com Mateus et al. (1983:21), as variedades do português faladas em Portugal e no Brasil, quando globalmente consideradas, apresentam entre si algumas diferenças.

Assim, em Mateus et al. (op. cit.)<sup>6</sup>, encontramos, a nível fonético, morfológico, sintático, lexical e em algumas formas de tratamento algumas diferenças entre essas duas variedades do Português, nomeadamente:

### **Nível fonético**

Antes de /i/ tónico e átono, e antes de /e/ pós-tónico, o /t/ e o /d/ palatalizam e realizam-se como africadas no PB, pronunciando-se respectivamente como [ts] e [dz], enquanto em PE se mantêm como oclusivas. Vejam-se alguns exemplos:

#### **PB**

Tio [ts]io

Director [dz]

#### **PE**

Tio [t]io

Director [d]irector

### **Níveis morfológico e sintático**

a) Em PB, os pronomes clíticos são habitualmente colocados em posição proclítica enquanto, nas frases correspondentes, são colocados em posição enclítica no PE, como no exemplo que se segue.

#### **PB**

*me* diga uma coisa;

#### **PE**

diga-*me* uma coisa

b) As construções com gerúndio podem ter funções sintáticas de dois tipos: progressivo e de predicados secundários. Em ambos os casos se verifica que o PB apresenta construções com gerúndio ao passo que o PE apresenta quase sempre construções com infinitivo. Vejam-se os dois casos abaixo:

---

<sup>6</sup> Reformulado em Mateus et al. (2003).

### **Progressivo**

#### **PB**

estava *brincando*

#### **PE**

estava *a brincar*

### **Predicado secundário**

#### **PB**

Passou um ano *ouvindo*

#### **PE**

Passou um ano *a ouvir*

#### **c) Construções que exprimem distância temporal**

Em construções que exprimem distância temporal, o PB utiliza os verbos *fazer* e *ter* quando o PE usa o verbo *haver*.

#### **PB**

Ele está em Paris *faz* três anos

Ele se licenciou *tem* dois meses

#### **PE**

Ele está em Paris *há* três anos

Ele licenciou-se *há* dois meses

#### **d) Utilização de *ter* e *haver* com significado de *existir***

Além da diferença de utilização entre *ter* e *haver* referida em c), os dois verbos têm uso diferente em PB e PE com o significado de *existir*.

#### **PB**

*tem* fogo naquela casa

#### **PE**

*há* fogo naquela casa

As construções existenciais constituem objecto de estudo desta pesquisa, por isso, no segundo capítulo abordamo-las de forma mais detalhada. Elas, por vezes, podem ancorar num campo temporal (cf. o segundo exemplo da alínea c)).

Em c) e d), pode observar-se que as referidas construções se realizam de modo diferente nestas duas variedades linguísticas, porque o PB admite as construções existenciais que se realizam com o verbo *ter*, diferentemente do PE em que tais construções se actualizam apenas com o verbo *haver*.

As construções existenciais são uma das formas da realização de construções expletivas. Estas admitem um *pro* expletivo, i. e., sem significação e nem referência, que ocupa a posição de sujeito. Quanto às construções arbitrárias, estas admitem a

categoria vazia argumental PRO. Este funciona tipicamente como sujeito das orações não finitas e não flexionadas. Neste estudo, analisámos os casos em que PRO ocorre numa oração complemento. Assunto a que voltaremos na subsecção 2.5.1.

### **Léxico**

Na norma brasileira, existem numerosos vocábulos de origem tupi, tais como: guri «rapaz»; capim «erva»; e de origem africana, nomeadamente: caçula «filho mais novo»; moleque «miúdo».

### **Formas de tratamento**

No PB, a utilização de *você* substitui, na maioria dos dialectos, o *tu* e o *você* (familiar) do PE.

#### **PB**

Já te disse que *você* não vai

#### **PE**

Já te disse que *tu* não vais/ Já lhe disse  
que *você* não vai

(cf. Mateus et al. (1983:21-24) e (2003:45-50)).

Estas são algumas diferenças existentes nas normas do português europeu e do brasileiro. Estas diferenças permitem distinguir uma variedade da outra. Mateus (in Mateus et al. (2003:51)) realça que apesar das diferenças acima apresentadas e de elas se situarem nos diversos níveis da gramática, deve-se concluir que a deriva das duas variedades utiliza processos gramaticais comuns. Logo, não se pode afirmar que as variedades do português possuem diferentes gramáticas.

## **1.4. Português europeu e português brasileiro mesma língua ou duas variedades de uma língua?**

Esta questão parece ser pertinente, no entanto, não esgotamos aqui as respostas, mas sim apresentamos apenas algumas linhas de leitura que facilitam a sua compreensão.

Mateus et al. (1983:21) denominam **variantes** ou **normas** as variedades de uma



única língua utilizadas em diferentes países. Este conceito levaria a postular que o PB é uma variante do Português, por conseguinte trata-se de uma mesma língua.

Todavia, Mateus (in Mateus et al. (2003:45)) reformula a questão de *variante* e *variedades*, ressaltando que PE e PB são duas variedades nacionais da língua portuguesa. Isto significa que esta linguista reconhece que o PE e o PB são duas variedades de uma língua, neste caso a Língua Portuguesa.

Ainda, se tomarmos como referência a Nomenclatura Gramatical Portuguesa (NGP) e a Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB), o PE e o PB podem ser considerados duas variedades de uma língua.

Historicamente, a Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB) surgiu do Anteprojecto de Simplificação e Unificação da Nomenclatura Gramatical Brasileira, porque antes da unificação e simplificação da terminologia gramatical brasileira cada professor seguia uma linha terminológica. Consequentemente, empregava-se uma nomenclatura variada de termos, dificultando sobremaneira o estudo da Língua Portuguesa, particularmente nos ensinos primário e secundário. (Cf. Ghelli (*s.d.*)).

Deste modo, para Jucá Filho (1956) *apud* Ghelli (*s.d.*), de modo geral a NGB foi aceita e entrou em uso com bons resultados, sobretudo para a simplificação e uniformização da babélica terminologia gramatical. Mesmo os que discordam de uma terminologia única e advogam uma pretensa liberdade adaptaram seus livros à nova nomenclatura, sentiram que ela se impôs, não por causa de uma portaria Ministerial, mas por suas qualidades padronizadoras.

Ghelli (op. cit.) sustenta que a NGP, diferentemente da NGB, adota uma estruturação terminológica ampla flexível, abrangendo duas secções diferenciadas, claramente separadas, mas não conflitantes, possibilitando aos docentes de língua portuguesa uma gama extremamente variada de termos gramaticais, de livre escolha.

A partir dessas citações, pode constatar-se que a NGP e a NGB se orientam por concepções metodológicas diferentes, na medida em que a primeira baseia-se numa estruturação terminológica ampla e flexível, enquanto a segunda se baseia na uniformização e simplificação da terminologia gramatical.

Segundo Silva (2006), a partir de 1870, as gramáticas brasileiras adquirem legitimidade enquanto fonte autoral de saber metalinguístico, aquisição cuja génese se encontra numa indefectível reacção em cadeia: se num primeiro momento constata-se que a escrita das gramáticas brasileiras baseia-se nos fundamentos científicos advindos

dos estudos linguísticos europeus, sendo tais fundamentos empregados sob a perspectiva da diferenciação entre o português brasileiro e o lusitano, num segundo momento verifica-se o reconhecimento desse saber metalinguístico pela sociedade, concedendo às gramáticas brasileiras uma legitimidade institucional.

Este estudioso salienta que entre mais ou menos 1930 a 1960 gramáticos como Souza Lima (*Gramática Portuguesa*, 1937), Silveira Bueno (*Gramática Normativa da Língua Portuguesa*, 1944) ou Rocha Lima (*Gramática Normativa da Língua Portuguesa*, 1957) perfizeram um caminho que vai, aos poucos, abandonando os pressupostos histórico-comparatistas da gramática expositiva (epíteto dado, por exemplo, às gramáticas de um Eduardo Carlos Pereira ou um Artur de Almeida Torres) para adoptar os pressupostos estruturalistas da gramática normativa do português.

De 1960 aos anos mais recentes gramáticos como Celso Cunha (*Gramática do Português Contemporâneo*, 1970), Celso Pedro Luft (*Moderna Gramática Brasileira*) ou Evanildo Bechara (*Moderna Gramática Portuguesa*, 1961) tornaram possível a institucionalização de uma nova gramaticografia nacional, preparando o terreno e abrindo caminhos para um processo, ao mesmo tempo, de atomização e vulgarização de gramáticas diversas, cujos princípios teóricos vão do enfoque funcionalista ao descritivista, passando pelas abordagens pragmáticas (gramática de usos) ou sociolinguísticas (gramática do português falado). Ele acrescenta que se consolida portanto – mas sem poder dar-se por concluído mais um ciclo de produção da gramaticografia brasileira, marcando assim o desfecho mais recente no longo e complexo processo de constituição da gramática brasileira novecentista. (Silva, 2006).

Logo, o longo e complexo processo de constituição da gramática brasileira reconhece que de facto o português falado no Brasil é diferente do falado em Portugal, pois cada um tem a sua própria estrutura gramatical, permitindo que sejam considerados duas variedades de uma língua.

Nesta mesma linha de ideias, Marcos Bagno (2003) sustenta que do ponto de vista linguístico, a língua falada no Brasil já tem uma *gramática*<sup>7</sup> – i. e., tem regras de funcionamento – que cada vez mais se diferencia da gramática da língua falada em

---

<sup>7</sup> O itálico é do autor.

Portugal. Por isso, os linguistas preferem usar o termo *português brasileiro*<sup>8</sup>, por ser mais claro e marcar bem essa diferença. (Cf. Bagno, 2003:24).

Bagno (2009) realça que é de assumir que falam um português brasileiro ou simplesmente brasileiro, com gramática própria, bastante diferente da do português europeu e mais diferente ainda da norma padrão tradicional (que não é língua de ninguém!).

Neste estudo, admitimos que o PE e o PB são duas variedades de uma língua, visto que cada uma dessas variedades tem a sua própria estrutura gramatical. Por isso, referimo-los desse modo ao longo do segundo capítulo, particularmente, na análise comparativa da realização de construções expletivas e arbitrárias.

## **1.5. Conclusão**

Pode-se concluir que a Língua Portuguesa é viva e dinâmica, por isso, ela varia no espaço, no tempo, na situação comunicativa, entre outras situações, pois a mudança linguística é inerente a qualquer língua natural. Isto significa que o conceito de variação está intimamente ligado a noção de mudança, uma vez que a língua muda constantemente. Mas, a mudança não prejudica as suas condições funcionais, porque como afirmava Martinet não há contradição entre sistema e mudança. Desta situação resulta diversas variedades linguísticas.

Deste modo, analisámos duas variedades de uma mesma língua: o PE e o PB. As diferenças entre elas são evidentes (a nível lexical, sintáctico e semântico), permitindo que cada uma delas tenha as suas normas, pois ambas se caracterizam por uma estrutura gramatical própria.

---

<sup>8</sup> Cf. a Nota 7.

## **Capítulo 2**

### **Construções expletivas e arbitrárias no português europeu e no português brasileiro**

#### **2.1. Metodologia usada e breve caracterização das amostras**

Na realização deste estudo utilizámos as seguintes metodologias: pesquisa de bibliografias específicas que retratam a questão do sujeito nulo, concretamente, as construções expletivas e arbitrárias. Recolhemos um corpus linguístico a partir de textos dos jornais português – *Público* – datado de 09/04/2010 e brasileiro – *O Povo* – datado de 10/08/2009.

O *Público* é um jornal diário português fundado em 1990. José Manuel Fernandes ocupava há 11 anos o cargo de director. Actualmente Bárbara Reis ocupa este cargo. Este jornal foi pioneiro a publicar artigos colecionáveis, como CDs, CD-ROMs, livros, entre outros. A *Público*, Comunicação Social S. A. que publica o jornal *Público* pertence ao grupo empresarial português SONAE e foi fundado em 1989. O primeiro número do *Público* saiu para as bancas em 5 de Março de 1990.

Abriga as notícias do dia dos temas sobre: Portugal, o Mundo, as notícias Locais, os Classificados (Anúncios), o Desporto e a Economia. Tem uma secção de opinião, chamada Espaço Público (onde estão as Cartas, os Editoriais, as Crónicas e outros Artigos, excepto críticas literárias). O segundo caderno do jornal, P2, abriga temas relacionados com a sociedade, tais como: as entrevistas, as artes e a cultura, as bandas desenhadas, os jogos (Sudoku e Palavras cruzadas), a agenda cultural e a programação de televisão.

O jornal *O Povo* foi fundado em 7 de Janeiro de 1928, por Demócrito Rocha. Em seu primeiro editorial, *O Povo* defendeu o propósito de um jornal “defender os interesses da sociedade contra as oligarquias dominantes”, da época e capaz de “levar o

desenvolvimento ao Ceará”. Os fortalezenses foram que escolheu o nome deste jornal.

Ao longo dos anos, *O Povo* passou por diferentes linhas editoriais. Instituiu, em 1997, seu Conselho de Leitores, formado por representantes da sociedade civil. O Conselho reúne-se bimestralmente para avaliar, criticar e sugerir pautas. *O Povo* é o único jornal do Estado. Já recebeu vários prêmios da Esso de Jornalismo, BNB de Jornalismo e entre outros prêmios.

Integra as notícias do dia dos temas sobre: a Fortaleza, o Ceará, o Brasil, o Mundo, Opinião e Páginas azuis. Viagem & Lazer é o suplemento de viagens e lazer. Vida & arte congrega as informações sobre os lançamentos discográficos, a arte e os cursos, a TV e os DVDS. Buchicho abriga, entre outras, as informações sobre as celebridades, os signos, os cinemas, a telenovela, os destaques da programação, os jogos (Sudoku e palavras cruzadas) e o ocultismo. Os Classificados abriga os anúncios publicitários de imóveis, veículos, motos, emprego, informática, telefonia e turismo.

Importa salientar que os dados empíricos recolhidos em vários textos destes jornais possibilitaram-nos a confirmação das hipóteses levantadas inicialmente sobre a questão da realização de construções expletivas e arbitrárias no PE e no PB.

## **2.2. Breves abordagens sobre a Teoria de Princípios e Parâmetros e o Teorema de PRO**

Segundo Raposo (1992:46 e segs.), a Gramática Universal (Inglês Universal Grammar (UG)) é o estado inicial do mecanismo de aquisição da linguagem. A UG é entendida como a soma dos princípios linguísticos geneticamente determinados, específicos à espécie humana e uniformes através da espécie. Este teórico concebe a UG como um órgão biológico, uma vez que está sujeito a evolução. O resultado dessa evolução é a gramática final que caracteriza os conhecimentos linguísticos do falante adulto.

Os generativistas conceberam dois modelos da UG. Na primeira fase da gramática generativa, formularam a *Teoria Standard*, i. e., uma teoria de regras gramaticais, que concebe as gramáticas essencialmente como um sistema de regras, funcionando e mantendo entre si um número restrito de interações possíveis. A hipótese central desta teoria é a de que as línguas humanas utilizam dois tipos de regras: as regras de reescrita

categorial e as regras transformacionais. Estas regras organizam-se em componentes e aplicam-se do seguinte modo: as regras de reescrita derivam a «estrutura profunda» das frases. Sobre esta aplicam-se em sucessão as regras transformacionais até se chegar à «estrutura de superfície», considerada um reflexo praticamente directo da manifestação auditiva concreta das frases.

Este modelo é acentuadamente descritivista, pois permite uma incrível variedade de gramáticas, enorme poder expressivo e o insucesso em construir uma medida de avaliação psicológica e linguisticamente plausível. Estes são um dos factores que determinaram, por volta de finais dos anos 60, uma insatisfação mais ou menos generalizada da parte de linguistas e psicólogos com a *Teoria Standard*, em última instância o seu abandono, e o desenvolvimento subsequente de um modelo alternativo, a *Teoria Standard Alargada*. (Raposo, 1992:49-51).

Raposo (op. cit.) afirma que a *Teoria Standard Alargada* pode ser caracterizada como um modelo de regras e princípios, ao contrário do modelo *Standard*, porque é um modelo unicamente de regras. De acordo com este modelo, a gramática contém um número distinto e autónomo de componentes, cada uma delas com uma organização própria caracterizada por um pequeno número de regras e por princípios que restringem a aplicação dessas regras. Existe uma componente lexical, uma componente das regras de base, uma componente transformacional, uma componente para a interpretação de pronomes e anáforas, e assim sucessivamente. A organização interna de cada componente é simples, mas as suas interacções podem ser relativamente complexas. (Raposo, 1992:52-53).

Quanto ao modelo de Princípios e Parâmetros, este foi proposto por Chomsky, em 1981. Incorpora em grande parte os resultados teóricos da *Teoria Standard Alargada*, bem como a sua concepção da organização da gramática em sub-teorias (ou módulos, ou componentes) autónomos, cada uma delas com uma organização e princípios independentes, e tendo como objecto domínios diferenciados da linguagem e tem a tendência de eliminar as regras, ficando o modelo composto no essencial por princípios extremamente gerais, distribuídos pelas várias componentes, cuja interacção determina representações com um alto grau de complexidade. De um modelo de regras e princípios passa-se pois a um modelo unicamente de princípios. Cada uma das componentes da gramática é extremamente simples na sua organização interna e mantém uma rede de interacções com as outras componentes. (Cf. Raposo, 1992:54).

Cabe realçar que a UG é constituída por dois tipos de princípios. Tal como na *Teoria Standard Alargada*, UG contém princípios rígidos, invariáveis, e que qualquer gramática final terá de incorporar, como por exemplo, o princípio de Projecção (o Princípio de que as orações das línguas humanas possuem necessariamente um NP sujeito e VP predicado)<sup>9</sup> e o Princípio de Dependência Estrutural (o princípio que determina que as regras de movimento apenas podem mover constituintes sintácticos).<sup>10</sup>

Porém, a par dos princípios rígidos existe um sistema de princípios abertos, os *parâmetros*. Estes são uma espécie de «comutadores linguísticos», cujo valor final e definitivo apenas é atingido durante o processo de aquisição, através da sua fixação (ou ligação) numa de duas posições possíveis com base na informação obtida a partir do meio linguístico ambiente. Neste modelo, a aquisição pela criança da gramática final da sua língua consiste essencialmente em dois aspectos: a aprendizagem das formas lexicais da língua, com as propriedades fonológicas, sintácticas e semânticas determinadas pelo «dicionário mental» e a atribuição aos vários parâmetros da UG do valor que possuem nessa língua. Relativamente às opções possíveis em UG, estas são dadas pelos parâmetros, sendo portanto muito limitadas, visto que estes são em número finito e possuem por hipótese apenas dois valores. A natureza do sistema final é ainda mais limitada, visto que são os dados primários acessíveis à criança que determinam de um modo rígido o valor atribuído a cada um dos parâmetros. (Raposo, 1992:54-55).

Neste capítulo, discutimos a questão do parâmetro do sujeito nulo. A UG contém um princípio rígido que determina a existência da posição de sujeito nas orações das línguas humanas. Todavia, esta gramática não determina que essa posição seja necessariamente preenchida por um NP com conteúdo fonético. Assim, em Português é possível deixar essa posição «vazia», ao contrário de Inglês. (Cf. 2.3., 2.3.1. e 2.3.2.).

De acordo com o teorema de PRO (cf. Raposo, 1992:458-459), esta categoria vazia é excluída numa posição regida, mas é admitida numa posição não regida, respeitando a seguinte condição: (i) PRO não pode ser regido. Deste modo, PRO é

---

<sup>9</sup> Para mais informações consulte RAPOSO, E. P. (1992). *Teoria da Gramática. A Faculdade da Linguagem*. Lisboa. Ed. Caminho. 2ª edição. Cap. 9.7

<sup>10</sup> Para mais informações consulte RAPOSO, E. P. (1992). *Teoria da Gramática. A Faculdade da Linguagem*. Lisboa. Ed. Caminho. 2ª edição. Cap. 9.8.2

controlado pelo sujeito da oração principal e nos casos em que não é controlado, PRO tem uma interpretação arbitrária.

Na perspectiva de Raposo (op. cit.), a conclusão de que PRO não pode ocorrer em posições regidas é reforçada pela impossibilidade de este elemento ocorrer na posição de sujeito ou de complemento em orações simples, onde poderia ter a interpretação arbitrária típica dos casos em que não é controlado, como exemplo: *\*Eu encontrei PRO*. (Cf. Raposo, 1992:459). Esta expressão não pode significar “eu encontrei qualquer pessoa”. Assim, ela torna-se impossível, visto que PRO ocorre numa posição regida, logo não respeita a condição (i) supra referida.

Este teórico sustenta que PRO, enquanto uma anáfora pronominal, não pode ter uma categoria de regência, isto é,  $\alpha$  é uma Categoria de Regência (Inglês Governing Category (GC)) para  $\beta$  sse  $\alpha$  é a categoria menor contendo  $\beta$ , um regente de  $\beta$  e um SUJEITO acessível.

É neste sentido que este linguista afirma que para que um dado domínio seja uma GC para um elemento  $\beta$ , tem de conter o regente  $\beta$  e um SUJEITO acessível a  $\beta$ . Para que  $\beta$  não tenha uma GC, é pois necessário que  $\beta$  ocorra num domínio em que não tenha um regente ou um sujeito acessível. Assumindo que PRO tem sempre um SUJEITO acessível nas construções em que ocorre, então para não ter uma GC, PRO não pode ser regido. Esta conclusão, derivada a partir do modo como PRO satisfaz a teoria da ligação, constitui a condição (i) e devido ao seu carácter derivado, chama-se a esta condição *Teorema de PRO*. (Raposo, 1992:460). Assunto que não vamos desenvolver neste trabalho.<sup>11</sup> Referimo-lo aqui só para darmos uma ideia genérica da condição que sustenta o Teorema de PRO e deste modo, diferenciar as categorias PRO e *pro* nas subsecções em que são analisadas.

### 2.2.1. As categorias vazias: *pro* e PRO

Segundo Chomsky (1986:169), encontrámos quatro tipos de categorias vazias, nomeadamente: vestígio de DP, Variável, PRO e *pro*. Neste estudo, abordamos apenas as duas últimas categorias vazias. A categoria *pro* é um elemento puramente

---

<sup>11</sup> Desenvolver-se-á em trabalhos futuros.



pronominal, com o sentido de *ele/eles* e outros, podendo também ser um expletivo, elemento não instanciado em Inglês, mas apenas nas línguas de sujeito nulo (vejam-se as subsecções 2.2.1.1. e 2.3.).

No que se refere ao PRO, esta categoria caracteriza-se por uma combinação de propriedades anafóricas e pronominais, por isso, tanto pode ser ligado como livre tendo (tipicamente) uma interpretação arbitrária. Segundo Raposo (1992:460), Chomsky conclui que PRO é de facto uma categoria vazia de natureza mista, com estatuto ao mesmo tempo anafórico e pronominal, uma «anáfora pronominal».

Pratas (2002:87-88) partilha da mesma ideia e afirma que PRO é diferente de *pro*, porque o primeiro é obrigatoriamente a cauda de uma cadeia-A cuja cabeça é o sujeito da oração matriz. PRO é portanto uma anáfora pronominal, com os traços [+ anáfora; + pronominal], como em (1); e sua distribuição é considerada universal: ocorre apenas em contextos não regidos (segundo o Teorema de PRO) e obedece a uma diferente teoria do controlo de PRO. Esta categoria nula pode também ocorrer na posição de sujeito de frases matriz, em contextos de não finitude. Nestes contextos o seu conteúdo obedece a regras diferentes e o seu valor referencial é considerado indefinido. Este caso é conhecido como PRO arbitrário, como em (2):

(1) a. **O João** quer [PRO comer o bolo.]

b. **Ele** quer [PRO comer o bolo.]

(2) [PRO Fumar] faz mal à saúde. (Pratas, 2002:88).

Quanto ao *pro*, Raposo (1992: 474) afirma que é a categoria que encontramos na posição de línguas Românicas de sujeito nulo, como o Português e o Espanhol, entre outras línguas. Esta categoria, tal como a sua contraparte fonética, tem duas instanciações: os pronomes pessoais e os pronomes expletivos.

Rizzi (1986) *apud* Raposo (1992:475), desenvolvendo ideias de Jaeggli (1982), propõe que uma teoria adequada das categorias vazias deve possuir pelo menos duas partes: por um lado, um módulo formal licenciador, que especifique as condições estruturais que permitem a ocorrência da categoria vazia; e por outro lado, um módulo semântico identificador, que especifique como o seu conteúdo é recuperado a partir do contexto linguístico.

Deste modo, a condição de licenciamento formal da categoria vazia PRO é o Teorema de PRO: PRO não pode ser regido e esta categoria pode ser identificada através da Teoria do Controlo ou Atribuição de Interpretação Arbitrária<sup>12</sup>. A condição de licenciamento formal de *pro* é o seguinte: *pro* é regido por flexão capaz de atribuir Caso nominativo; e *pro* (pessoal) é identificado pelos traços de pessoa e número numa categoria Agr (Inglês Agreement (Agr), Português Concordância) forte contida na categoria flexão que rege *pro*. Raposo (op. cit.) realça que *pro* expletivo não necessita de ser identificado. (Raposo, 1992:475-480).

Pode concluir-se portanto que *pro* é diferente de PRO, uma vez que a primeira categoria vazia tem de ser regida e ocorre nas orações finitas, ao contrário da segunda, que não pode ser regida e ocorre nas orações não finitas.

#### **2.2.1.1. A diferença entre *pro* expletivo e *pro* referencial**

Convém ressaltar que é necessário distinguir de forma clara o *pro* referencial e o *pro* expletivo. Conforme se explicitou na subsecção anterior, Raposo (1992:474) salienta que *pro*, tal como sua contraparte fonética, tem duas instanciações: os pronomes pessoais que são plenamente referenciais e com conteúdo gramatical variável e os pronomes expletivos sem referência nem conteúdo semântico. Os primeiros ocorrem nas línguas que admitem o sujeito nulo, na medida em que o sujeito pode estar ou não foneticamente realizado e quando este não está foneticamente realizado na frase, o seu conteúdo referencial poderá ser recuperado através da desinência verbal (cf. Raposo, 1992:327-328).

Veja-se o seguinte exemplo:

(3) Ontem *pro* jogámos muito.

Neste exemplo, pode constatar-se que o sujeito não está foneticamente realizado. Porém, a partir da flexão verbal, o conteúdo referencial desta categoria vazia é recuperado, porque o critério- $\theta$  (critério temático) requer que a posição de sujeito seja

---

<sup>12</sup> Assunto que não vamos desenvolver neste trabalho.

preenchida por um argumento que possa receber a função- $\theta$  (função ou papel temático) externa do verbo. Isto significa que a teoria temática leva-nos a postular que a representação sintáctica de (3) contém uma posição de sujeito preenchida por um argumento com propriedades idênticas às do pronome **nós**, como em (4).

(4) Ontem **nós** jogámos muito.

A referida categoria vazia *pro* traça a fronteira entre as línguas de sujeito nulo das que não o são.

Quanto ao *pro* expletivo, Raposo (op. cit.) afirma que tal como os pronomes *il* do francês e *it* do inglês, *pro* pode também ser um pronome expletivo, i. e., sem significação e nem referência, restringido pela teoria- $\theta$  (teoria temática) a ocupar posições-A (posição argumental) não- $\theta$  (não temática), como a de sujeito do verbo parecer. (Raposo, 1992:328-329).

Tomemos como exemplo as seguintes frases para o Português:

(5) a. *pro* Chove.

b. *pro* Há um supermercado nesta rua.

Nestes exemplos, pode verificar-se que esta categoria vazia ocupa apenas a posição de um argumento externo (sujeito), mas não tem um papel temático, por isso, não tem significação nem referência, e com conteúdo gramatical fixo, que Raposo (op. cit.) assume ser [+singular] e [+3 pessoa]. (Cf. Raposo, 1992: 474).

### 2.3. O parâmetro do Sujeito Nulo vs não-nulo

Para Gonçalves (1994:12), a possibilidade ou impossibilidade de omissão do sujeito em frases finitas, ponto importante de variação entre as línguas, com aparentes consequências em outros domínios da gramática, deveria idealmente ser atribuída a um único parâmetro da gramática responsável por este fenómeno, o chamado «parâmetro

sujeito nulo» ou «parâmetro *pro-drop*», porque ele divide as línguas de sujeito nulo das que não o são.<sup>13</sup>

É neste sentido que Pratas (2002:87) afirma que desde Chomsky (1981) tem sido aceite entre os generativistas que as crianças nascem equipadas com uma gramática constituída por princípios universais. Um desses princípios é que todas as frases têm sujeito. Todavia, alguns desses princípios podem ser realizados pelas línguas de modo ligeiramente diferente, dizendo-se por isso que são parametrizáveis, porque em algumas línguas, todos os sujeitos das frases finitas têm de ser foneticamente realizados, noutras é possível ter sujeitos foneticamente vazios, ou nulos, podendo recuperar-se o seu valor referencial no contexto discursivo.

De acordo com as teorias generativistas sobre a aquisição da linguagem, quando as crianças são sujeitas ao *input* da sua língua materna têm de «perceber» qual é a forma que esta assume em relação a cada um destes princípios parametrizáveis. Ainda quanto à questão do sujeito nulo, o chamado parâmetro *pro-drop*, elas decidem de acordo com o *input* recebido na sua devida altura se na sua língua são permitidos os sujeitos foneticamente vazios (língua *pro-drop*) ou se eles são proibidos (língua *não-pro-drop*). Veja-se o contraste em (6a. e b.).

(6) a. *pro* Comi o bolo.

b.\* *pro* Ate the cake.

A partir destes exemplos, pode verificar-se que algumas línguas admitem a realização de sujeito nulo, caso do português, espanhol e italiano e outras não, caso de inglês e francês. Estes aspectos serão abordados de forma mais detalhada nas subsecções seguintes.

Alguns gramáticos defendem que a realização do sujeito nulo deve-se ao carácter «pobre» ou «rico» das desinências de pessoa gramatical, nomeadamente: Said Ali (1908) *apud* Gonçalves (1994), acerca deste tópico, explica que a realização obrigatória do sujeito em certas línguas passa pela ideia do carácter “pobre” ou “rico” das desinências de pessoa.

---

<sup>13</sup> Cf. também a este propósito Chomsky (1981).

Nesta mesma linha de ideias, Taraldsen (1978) *apud* Chomsky (1981:405) afirma que a concordância permite a possibilidade de omitirmos o sujeito nas línguas como italiano, porque o sistema flexional dessas línguas é rico, ao contrário das línguas como o francês, como se afirma na citação abaixo:

*L'élément ACC permet d'omettre le sujet dans les langues comme l'italien, don't le système flexionnel est riche, mais pas dans des langues comme le français.* (Taraldsen, 1978 *apud* Chomsky, 1981:405).

Cunha e Cintra (1984:284) *apud* Gonçalves (1994:7), por seu turno, afirmam que os pronomes pessoais são normalmente omitidos em português, porque as desinências verbais bastam, de regra, para indicar a pessoa a que se refere o predicado, bem como o número gramatical (singular ou plural) dessa pessoa.

Pratas (2002:88) frisa que têm sido levados em conta determinadas propriedades gramaticais, como a suposta maior «riqueza» da morfologia verbal de línguas como o português que torna mais fácil a recuperação do valor referencial de *pro* no contexto discursivo, a fim de justificar a possibilidade de algumas línguas admitirem a realização de sujeito nulo e outras não.

No que concerne aos efeitos do parâmetro do sujeito nulo, Raposo (1992:481-483) apresenta sete propriedades linguísticas pelo menos parcialmente deriváveis da fixação positiva do parâmetro do sujeito nulo (e da presença de uma categoria Concordância (Inglês Agreement (Agr)) forte) em Português, contrastando-as com o comportamento do Inglês na área gramatical correspondente:

#### **(i) Sujeitos pessoais foneticamente nulos**

O Português admite um sujeito nulo de interpretação pessoal definida em orações com flexão/[+Agr], ao contrário do Inglês. Como exemplos:

(7) a. *pro* Comemos o gelado.

b. Eles pensam [termos comido o gelado].

(8) \* Ate the ice-cream.

#### **(ii) Sujeitos expletivos foneticamente nulos**

O sujeito não referencial (expletivo) de uma oração impessoal ou de uma oração com um verbo meteorológico é obrigatoriamente nulo no Português (no dialecto

padrão), ao contrário do Inglês, porque nesta língua o sujeito expletivo tem realização lexical. Confrontem-se os exemplos (9) e (10):

(9) a. *pro* Parece que as crianças comeram o gelado.

b. *pro* Chove.

(10) a. It seems that the children ate the ice-cream.

b. It rains.

### (iii) Inversão livre do sujeito

O sujeito pode ocorrer na posição final de uma oração no Português, ao contrário do Inglês. Vejam-se os seguintes exemplos:

(11) a. Comeram o gelado [as crianças]!

b. \* Ate the ice-cream [the children]!

### (iv) Posição pós-verbal do objecto directo em orações passivas

Em Português, o objecto directo «lógico» de uma oração passiva ou de uma oração inacusativa pode manter a sua posição básica pós-verbal, como em (12), ao contrário do Inglês, como em (13).

(12) a. Foi convidado [um estudante] para a festa.

b. Chegou [um estudante atrasado] à festa.

(13) a. \* Was invited [a student] to the party.

b. \* Arrived [a late student] to the party.

### (v) Atribuição de Caso nominativo à direita

Em Português, o Caso nominativo pode ser atribuído à direita em orações com verbo copulativo **ser** exprimindo identificação, como em (14a.) e ao contrário do Inglês, como em (14b.).

(14) a. Sou eu.

b. \*It is I.

### **(vi) Infinitivo pessoal**

O Português possui uma flexão [-T, +Agr] (menos tempo, mais concordância), i. e., o infinitivo pessoal ou flexionado, ao contrário do Inglês. Vejam-se os exemplos:

- (15) a. Vai ser difícil [tu saíres mais cedo].  
b. \*It will be difficult [you to leave early].

### **(vii) Ausência do efeito «that-t»**

Em Português, o sujeito de uma oração subordinada introduzida por um complementador pode ser extraído, ao contrário do inglês. Como exemplos:

- (16) a. Quem (é que) tu pensas [que [*t* viu esse filme]]?  
b. \*Who do you think [that [*t* saw the movie]]?  
(cf. Raposo, 1992:481-483)

Neste estudo analisámos apenas os sujeitos expletivos foneticamente nulos.

## **2.3.1. O caso do português**

A língua portuguesa é considerada uma língua de sujeito nulo ou de sujeito *pro-drop*, porque permite que uma frase seja gramatical apesar de não ter o sujeito foneticamente realizado. Neste caso, a posição do sujeito é ocupada por uma categoria vazia *pro*. O conteúdo referencial desta categoria é recuperado através das desinências verbais.

Pratas (2002) salienta que além desta categoria vazia *pro* cujo conteúdo referencial é recuperado através das desinências verbais, há situações em que ocorrem sujeitos expletivos, aquelas formas pronominais que não têm conteúdo referencial, como por exemplo:

- (17) *pro* Esteve a chover o dia todo.  
(Pratas, 2002:88).

Pratas (op. cit.) afirma ainda que as línguas como o português admitem a

categoria nula universal PRO, mas também a categoria paramétrica *pro* e línguas como o inglês admitem apenas PRO.

Estas duas categorias vazias ocorrem quer em PE, quer em PB. No entanto, convém realçar que numa análise comparativa entre a estrutura gramatical do PE e do PB há algumas diferenças, principalmente, no que se refere ao parâmetro *pro-drop*, ou seja, no PE, há marcação positiva, enquanto no PB há uma marcação negativa dentro do parâmetro *pro-drop*. Isto significa que o PE admite com frequência a realização do sujeito nulo, enquanto o PB tem a tendência de perder contextos de ocorrência de sujeito nulo. Aliás, são duas variedades linguísticas do português com estrutura gramatical diferenciada.

Neste sentido, Lucchesi e Lobo afirmam que Tarallo (1993) postulou: “A emergência de uma gramática brasileira que, ao final do século XIX, mostrava claras diferenças estruturais em relação à gramática portuguesa”. Deste modo, dentro do conjunto de mudanças sintáticas por que estaria a passar o português do Brasil, refere-se como sendo das mais importantes a evolução de uma marcação positiva para uma marcação negativa dentro do parâmetro *pro-drop*, [coincidindo] com uma significativa redução ou simplificação nos paradigmas flexionais. (Duarte, 1993:107 *apud* Lucchesi e Lobo, in Faria et al., 1996:303-311).

De igual modo, Lamoglia Duarte (2003) afirma que os resultados das pesquisas sobre a realização do sujeito pronominal de referência definida e indeterminada (cf. também, entre outros, Lira 1982, Duarte 1995, 2000, no prelo, Paredes Silva no prelo e Calvacante 2001) têm revelado que o português falado no Brasil está passando por uma mudança que envolve o parâmetro do sujeito nulo no sentido de se tornar uma língua de sujeitos plenos, ao contrário do que mostram os resultados para o português europeu.

Todavia, o sujeito não referencial ou expletivo (que caracteriza as orações a que a tradição gramatical se refere como «orações sem sujeito») continua nulo. (Lamoglia Duarte, 2003).

Nessa mesma linha de ideias, Figueiredo Silva (1996), Coelho et al. (2001) e Costa e Galves (2001) *apud* Pratas (2002:90) afirmam que o PB tem a tendência de perder contextos de ocorrência de sujeito nulo, contextos que se mantêm firmes em favorecer o sujeito nulo no PE, dado que, por exemplo, as sentenças em (18) são cada vez menos frequentes nessa variedade de português. Porém, as mesmas sentenças são gramaticais com sujeito nulo no PB. Vejam-se também os exemplos em (19a.) e (19b.),



em que o sujeito nulo é a única opção, sendo impossível o preenchimento desta posição por qualquer elemento lexical.

(18) Comeu o bolo.

(19) a. Está chovendo.

b. Parece que o João chegou.

(Coelho et al., 2001:393).

A partir destes exemplos, Coelho et al. (op. cit.) defendem que o PB parece, pois, ainda contar com *pro* expletivo. E acrescenta que uma vez que a análise da inversão com inacusativos para o fenómeno em várias línguas envolve um *pro* expletivo em posição de sujeito, é esperado que só existe em PB inversão com esta classe verbal. Isto significa que o português nas duas variedades linguísticas (PE e PB) admite a realização de sujeitos expletivos, embora o PB tenha sofrido uma alteração na marcação positiva para uma marcação negativa no parâmetro *pro-drop*, conforme ficou explicitado anteriormente.

Pratas (2002:87-88), a este propósito, salienta que o PE é considerado uma língua de parâmetro *pro-drop*, porque admite sujeitos nulos, na medida em que o sujeito pode ser recuperado através do seu valor referencial no contexto discursivo, enquanto o PB é considerado uma língua de sujeito *semi-pro-drop*, uma vez que admite sujeitos expletivos nulos, mas não admite sujeitos referenciais nulos.

### **2.3.2. O caso das línguas de sujeito *não-pro-drop***

As línguas que não permitem a realização do sujeito referencial nulo são consideradas de línguas de sujeito *não-pro-drop* ou de sujeito não-nulo, como são o inglês e o francês.

Segundo Pratas (2002:87), o inglês não permite sujeitos referenciais nulos em construções finitas. Todavia, admite sujeito nulo em frases não finitas seleccionadas, por exemplo, como complemento de verbos como *querer* (want). A categoria vazia que ocorre nas frases não finitas PRO é diferente da categoria vazia *pro* como se fez referência na subsecção 2.2.1., pois a primeira ocorre na posição de sujeito das frases

não finitas, enquanto a segunda traça a fronteira entre as línguas de sujeito nulo das que não o são.

Carrilho (2008) ressalta o facto de nem todas as línguas de sujeito (referencial) não-nulo manifestarem de forma visível os sujeitos expletivos, como é, por exemplo, o caso do alemão ou do islandês (cf. também a este propósito, entre outros, Platzack 1996). Ou seja, a correlação entre sujeito não-nulo e expletivo visível não é universal, ao contrário do que acontece entre sujeitos nulos e ausência de expletivos. Ao contrário, por exemplo, do inglês e do francês que manifestam de forma visível os sujeitos expletivos. Vejam-se em (20) os seguintes exemplos:

(20) a. It rains.

b. Il pleuv.

## 2.4. Construções expletivas

As construções expletivas enquadram-se no parâmetro do sujeito nulo, visto que são formas de realização de sujeito nulo que podem ou não ocorrer numa língua, pois em apenas algumas línguas, há realização desse tipo de sujeito. É o caso do inglês (cf. ex. (20a.) da subsecção 2.3.2.).

Faz-se notar que as *Gramáticas Normativas* ou *Prescritivas* abordam particularmente as construções existenciais e com verbos meteorológicos como sendo formas de realizações de construções expletivas.

Deste modo, é de salientar que as construções existenciais e com verbos impessoais que exprimem fenómenos da natureza são uma das formas de realização de construções expletivas. Assunto a que voltaremos na subsecção 2.4.1.

Os teóricos mais recentes têm posições diferentes no que se refere à realização de construções expletivas. Neste sentido, apresentamos a seguir os pressupostos teóricos sobre estas construções na perspectiva de vários linguistas.

Conforme se explicitou em 2.2.1. e repetido aqui por facilidade de exposição, Raposo (1992:474) sustenta que *pro* é a categoria que encontramos na posição do sujeito das línguas Românicas de sujeito nulo. Esta categoria tem duas instanciações: os pronomes pessoais, como em (21a) e os pronomes expletivos, como em (21b).

(21) a. *pro* Comemos a sopa.

- b. *pro* parece que o João e a Maria chegaram.  
(Cf. Raposo, 1992:474).

Raposo (op. cit.) afirma que os verbos impessoais como *constar*, *acontecer*, o verbo semipessoal *parecer* e os verbos meteorológicos como *chover* e *nevar* não seleccionam um argumento externo, ou seja, não atribuem uma função- $\theta$  à posição de sujeito. Deste modo, toma o verbo *parecer* como representativo do paradigma dos verbos impessoais e semipessoais. O verbo *parecer* selecciona um argumento interno de natureza proposional e, opcionalmente, um argumento interno experienciador (correspondente ao objecto indirecto). Como exemplo: “*Parece (-me) que as crianças dormem.*” No que se refere aos verbos meteorológicos, estes não seleccionam argumentos externos e nem internos. (Raposo, 1992:296-297).

De acordo com Pratas (2002), tem sido afirmado por autores como Figueiredo Silva 1996, Coelho et al. 2001, Costa e Galves 2001 que o PB admite um *pro* em construções expletivas e arbitrárias. Nessa posição em PB, ao contrário do que acontece em PE, não é admitido um sujeito expletivo foneticamente realizado. Como se pode ver em (22) e (23), segundo frases de Figueiredo Silva (1996) *apud* Pratas (2002:90).

#### **PB**

(22) a. Está chovendo.

b. \*Ele está chovendo.

(23) a. Parece que o João chegou.

b. \*Ele parece que o João chegou. (Pratas, 2002:90)

Neste estudo, consideramos com pertinência a posição de Figueiredo Silva (1996), Coelho et al. (2001) e Costa e Galves (2001), na medida em que estes teóricos admitem um *pro* em construções expletivas e arbitrárias de um modo separado. Podemos analisá-las de modo separado. No entanto, esta subdivisão não significa que as construções expletivas e arbitrárias não se realizam em simultâneo, pelo contrário, porque nas frases complexas podem ocorrer estas duas construções ao mesmo tempo, como nos seguintes exemplos:

### Em PE

(24) a. «O BE, através da Catarina Martins, afirmou tratar-se de «um passo importante no caminho da igualdade, enquanto João Oliveira do PCP, e Heloisa Apolónia, dos Verdes, consideraram que «*pro há* todas as condições» para que o Presidente da República promulgue a lei rapidamente de modo a garantir um direito que a Assembleia da República quis [PRO assegurar].» (in Jornal Público, p. 6, § 5, l. 1-11).

### Em PB

b. «Tenta, *pro há* meses, [PRO ter audiência com a perfeita Luizianne Lins] e não consegue. Entre projetos que, com ela quer [PRO discutir], *pro há* o curso de gastronomia.» (in Jornal O Povo, p. 2 § 1, l. 2-4).

Porém, Baptista (2000), na linha de Raposo (1992) considera que *pro* é uma categoria vazia que se encontra na posição de sujeito das línguas românicas. Esta categoria pode apresentar duas instâncias:

- (i) Os pronomes plenamente referenciais e com conteúdo gramatical variável (é caso da realização do *pro*). Ex.: *pro* comemos a cachupa.
- (ii) Os pronomes expletivos, sem referência, nem conteúdo semântico ou conteúdo gramatical fixo, assumem apresentar-se os traços [+ sing.] e [3ª pes.]. Veja-se o caso das construções arbitrárias: Ex.: *pro* parece que a Maria e o Paulo chegaram.

(Cf. Baptista, 2000).

Pode concluir-se que Baptista (2000) defende que as construções arbitrárias são uma das realizações de construções expletivas. Isto leva-nos a postular que Baptista (op. cit.) e Figueiredo Silva (1996) têm posições diferentes no que se refere à realização de construções arbitrárias, no entanto, retomaremos esse assunto na subsecção 2.5.

Raposo (1992) e Baptista (2000) defendem que as construções com o verbo *parecer* são uma das realizações de construções expletivas, ao contrário da posição de Figueiredo Silva (1996), Coelho et al. (2001) e Costa e Galves (2001).

Mateus et al. (2003), por seu turno, sustentam que os sujeitos expletivos também são denominados gramaticais, aparentes, vazios que, noutras línguas têm realização lexical, mas no português nas duas variedades linguísticas não há realização lexical, por

isso, os sujeitos expletivos marcam a posição de sujeito em construções com verbos impessoais em (25), com verbos de elevação em (26), com sujeitos frásicos extra postos em (27) e em construções existenciais em (28).

(25) a. Chove torrencialmente.

b. It rains (...)

(26) a. Parece que o João já chegou.

b. It seems John has already arrived.

(27) a. Surpreende-me que o João tenha chegado atrasado.

b. It surprises me that John came late.

(28) a. Há três janelas na sala.

b. There are three Windows in the room. (Mateus et al., 2003:282).

Nesta mesma linha de ideias, Lamoglia Duarte (2003) apresenta a ocorrência do expletivo nulo/ pleno nas chamadas orações impessoais («Chove.»), existenciais («Tem muita gente na praça.»), em uma estrutura com o verbo de alçamento («Parece que as crianças comeram o bolo.») e numa construção apresentativa («Apareceu um lobo.»).

No que diz respeito à realização de construções expletivas, estas teóricas partilham da mesma ideia, pois apresentam as quatro ocorrências de realização de construções expletivas. No entanto, divergem em termos de nomenclatura que cada uma dessas teóricas utilizam, ou seja, enquanto Mateus et al. (2003) designam verbos de elevação e sujeitos frásicos extra postos, Lamoglia Duarte (2003) designa verbo de alçamento e construção apresentativa, respectivamente.

Todavia, Ernestina Carrilho (2008) apresenta três tipos de construções impessoais, nas quais a posição de sujeito, não recebe nestes casos interpretação argumental, é normalmente não visível. Como exemplos:

«(29) a. *pro* Chove muito.

b. *pro* É verdade que ele não come carne.

c. *pro* Chegou um homem.» (Carrilho, 2008).

Ela salienta que estes exemplos são construções que envolvem predicados de significado natural – como um verbo meteorológico como em (29a.) – extraposição de

um sujeito oracional como em (29b.) – ou construções apresentativas como em (29c.), igualmente consideradas impessoais. E acrescenta que todas estas construções apresentam a posição de sujeito obrigatoriamente preenchida por um pronome expletivo – como nos exemplos (30) – em línguas que, como o inglês, não permitem sujeitos argumentais nulos – veja-se o exemplo (31):

- (30) a. \* (It) rains a lot.  
b. \* (It) is true he does not eat meat.  
c. \* (There) arrived a man.  
(31) \* (John/ he) does not eat meat. (Carrilho, 2008)

Numa análise comparativa entre as posições defendidas por Mateus et al. (2003), Lamoglia Duarte (2003) e Carrilho (2008), pode constatar-se que Carrilho (2008) não apresenta as construções existenciais como uma das realizações de construções expletivas, ao contrário das outras linguistas.

Carrilho (op. cit.) realça que os sujeitos expletivos (como «it» e «there» nos exemplos acima) têm assim sido considerados uma manifestação pura da sintaxe das línguas naturais, correspondendo a um mecanismo estritamente gramatical, desprovido de referência e não argumental.

Segundo Carrilho (op. cit.), pode ocorrer no PE nas variedades não-padrão **ele**<sup>14</sup> expletivo numa construção existencial. Esse **ele** expletivo parece contribuir, não propriamente para o conteúdo proposicional, mas para o valor expressivo da frase em que ocorre. A referida teórica frisa que se, além disso, tivemos em conta a raridade dos sujeitos expletivos nas línguas naturais e a generalizada ausência desses expletivos em línguas de sujeito nulo, não podemos negar a estranheza de uma análise de **ele** expletivo como sujeito em PE – estranheza que já ecoa na sugestão de Uriagereka (1992 e 1995:3). Nestes contextos, podem ocorrer os demonstrativos neutros isto, isso e aquilo. (Carrilho, 2008).

De acordo com as investigações de Lamoglia Duarte (2003), no nível padrão (culto) do PB ocorre o pronome **você** com os verbos **ter** e **ver**<sup>15</sup> em construções

---

<sup>14</sup> O negrito é nosso.

<sup>15</sup> Cf. a Nota 14.

variantes daquelas que exibem os verbos **ter** e **haver** existencial, ou seja, em vez de sentenças como (32a.) com a posição de sujeito nula temos as construções em (32b.), com sujeito preenchido por **você**:

(32) a. **Não há / não tem** mais clientela no centro da cidade.

b. **Você** não tem mais clientela no centro da cidade.

(Lamoglia Duarte, 2003).

Pode constatar-se que as construções existenciais se realizam de certo modo diferente em cada uma das variedades linguísticas em estudo, porque no PE pode realizar-se um **ele** expletivo nas variedades não-padrão, enquanto no PB pode ocorrer o pronome **você** nas variedades padrão, sobretudo na variedade culta.

#### **2.4.1. Construções expletivas com verbos meteorológicos e existenciais: confronto entre PE e PB**

Said Ali (1908) *apud* Gonçalves (1994) assinala a particularidade das construções existenciais com o verbo *haver*, defendendo que estas construções não têm sujeito, assim como os verbos impessoais que exprimem fenómenos da natureza, em que não se consegue identificar separadamente um sujeito e um predicado.

Nesta subsecção, abordamos as construções existenciais e com verbos meteorológicos como sendo uma das realizações de construções expletivas que podem ocorrer no português nas duas variedades linguísticas em estudo, mas numa perspectiva comparada.

Cunha e Cintra (1999) afirmam que é a própria ideia expressa pelo verbo que não pode aplicar-se a determinadas pessoas. Assim, no seu significado próprio, os verbos que exprimem fenómenos da natureza, como *chover*, *trovejar*, *ventar*, só aparecem na 3ª pessoa do singular. Esses gramáticos designam estes verbos de impessoais e apontam as três ocorrências de verbos impessoais, sendo:

- a) Verbos que exprimem fenómenos da natureza, tais como: *alvorecer*, *amanhecer*, *anoitecer*, *chover*, *chuviscar*, *estiar*, *nevar*, *orvalhar*, *relampejar*

*saraivar, trovejar e ventar;*

- b) O verbo *haver* na acepção de «existir» e o verbo *fazer* quando indica o tempo decorrido, como nos exemplos em (33):

(33) a. Houve momentos de pânico.

b. Faz cinco anos que não o vejo.

- c) Certos verbos que indicam necessidade, conveniência ou sensações quando regidos de preposição em frases do tipo:

(34) a. Basta de provocações!

b. Chega de lamúrias.

c. Dói-me do lado esquerdo.

(Cunha e Cintra, 1999:442-444).

Pode verificar-se que estes teóricos apontam três ocorrências de construções que se podem classificar de expletivas, mas analisámos apenas as construções existenciais e com verbos que exprimem fenómenos da natureza.

Na perspectiva de Peres e Móia (1995), diversas propriedades caracterizam os predicados e permitem subclassificá-los particularmente no que diz respeito ao número de argumentos que eles admitem e às propriedades semânticas e sintáticas que estes argumentos têm de possuir ou que adquirirem ao combinarem-se com o predicado.

Estes linguistas consideram que se podem definir cinco classes de predicados em função do número de argumentos que exigem, sendo:

- (i) Predicados de zero lugares: *alvorecer, amanhecer, anoitecer, chover, choviscar, entardecer, escurecer, nevar, relampejar* e *trovejar*.
- (ii) Predicados unários ou de um lugar: *adormecer, dançar, desmaiar*, entre outros.
- (iii) Predicados binários ou de dois lugares: *acreditar, amar, coser*, entre outros.
- (iv) Predicados ternários ou de três lugares: *atirar, colocar, dar*, entre outros.
- (v) Predicados quaternários ou de quatro lugares: *arrastar, levar, passar*, entre outros.



Assim, Peres e Mória (op. cit.) sustentam que o número de argumentos com que um predicado se pode combinar constitui uma propriedade do próprio predicado, que deve estar registada na sua entrada de dicionário, como por exemplo, os verbos *dar* e *emprestar* são predicados que requerem três argumentos para a formação de uma predicação, ou seja, estes verbos seleccionam um argumento externo que desempenha a função sintáctica de sujeito e dois argumentos internos: um desempenha a função sintáctica de objecto directo e o outro de objecto indirecto, como em (35a.). Realçam ainda que há diversos tipos de restrições que o predicado impõe aos seus argumentos, uma vez que, obviamente, não é possível combinar arbitrariamente qualquer predicado com quaisquer expressões tomadas como seus argumentos, como em (35b.):

(35) a. O João deu um livro à Maria.

b. \*Um livro deu o João à Maria.

Neste estudo, analisámos apenas os predicados de zero lugares, pois são verbos que exprimem fenómenos da natureza. A partir dos exemplos (36) e (37) pode constatar-se que Peres e Mória (1995) designam esses predicados de zero lugares, porque não seleccionam um argumento externo que desempenha a função sintáctica de sujeito e nem argumento(s) interno(s) que desempenha(m) a função de objecto directo e/ou indirecto e a parentetização elucida de forma clara este facto. Vejam-se os exemplos (38a. e b.).

#### **Em PE**

(36) a. *pro* Amanheceu.

b. *pro* Está a nevar.

c. *pro* Vai Chover. (Cf. Peres e Mória, 1995:51).

d. Ontem, *pro* trovejou a noite toda.

e. *pro* Chove. (Cf. Mateus et al., 2003:823)

#### **Em PB**

(37) a. *pro* Está chovendo. (Figueiredo (1996) *apud* Pratas (2002:90)).

b. Ontem, *pro* trovejou a noite toda.

- (38) a. *[[pro] [ Amanheceu.]]*  
b. *[[pro][ Está chovendo.]]*

Numa análise comparativa entre o PE e o PB, pode constatar-se que estas duas variedades linguísticas admitem realizações de construções expletivas com os verbos que exprimem fenómenos da natureza. Nestas construções, ocorre um *pro expletivo* na posição do sujeito. Esta categoria vazia não tem conteúdo referencial definido, como nos exemplos (36) e (37).

No que diz respeito às construções existenciais, realizam-se geralmente com o verbo *haver* tanto no PE, como no PB, denotando o sentido de existir. Por isso, na interpretação dessas construções podemos substituir o verbo *haver* pelo *existir*. Vejam-se os exemplos abaixo recolhidos nas amostras:

#### **Em PE**

(39) a. «Seja como for, Passos esgrimiou com convicção as “causas fracturantes”. Não deverá fazê-lo agora, pensam os amigos. *pro* Há outras mais importantes.» (in Jornal Público, p. 4, §1, l. 16-20).

b. «*pro* Não havia praia, *pro* não havia piscinas, *pro* não havia nada para fazer.» (in Jornal Público, p. 4, §2, l. 5-7).

c. «... *pro* há uma enorme tolerância da corrupção por parte dos cidadãos e quem tem poder tende a fazer um aproveitamento privado de bens e espaços públicos – enumera o coordenador, Luís de Sousa, do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.» (in Jornal Público, p. 8, § 2, l. 17-24).

#### **Em PB**

(40) a. «*pro* Há os observadores mais críticos que vêem nisso uma tentativa norte-americana de boicotar qualquer integração em terras sul-americanas.» (in Jornal O Povo, p. 4, § 5, l. 6-10).

b. «Hoje, *pro* há muito poucos voos diretos ligando os estados nordestinos.» (in Jornal O Povo, p. 11, § 4, l. 1-4).<sup>16</sup>

---

<sup>16</sup> Texto retirado de uma nota de rodapé.

c. «*pro* Há municípios que nem tratamento de esgoto possuem, além de a água ser muito escassa.» (in Jornal O Povo, p. 12, § 4 l. 7-10).

Nos exemplos acima, podemos verificar que em todas estas construções é possível substituímos o verbo *haver* pelo *existir*, como exemplos, as frases (39a.) e (40a.) podem ser parafraseadas, respectivamente por:

(41) a. Seja como for, Passos esgrimiou com convicção as “causas fracturantes”. Não deverá fazê-lo agora, pensam os amigos. Existem outras mais importantes.

b. Existem observadores mais críticos que vêm nisso uma tentativa norte-americana de boicotar qualquer integração em terras sul-americanas.

Pode constatar-se através da parentetização que nas construções (39) e (40) não há realização de um sujeito, porque esta posição é ocupada por um pronome expletivo (*pro*), i. e., sem significação e nem referência, vejam-se os exemplos (42a. e b.):

(42) a. «[[*pro*] [[ Há ] [outras mais importantes.]]]»

b. «[[*pro*][ [Há ][[os] [observadores] [[mais] [críticos...]]]]] »

Franchi et al. (1998:108) *apud* Lamoglia Duarte (2003) afirmam que as construções existenciais têm a particularidade de se ancorarem «de um modo generalíssimo em campo espaço-temporal» levantando a questão sobre a «necessidade de postular essa ancoragem como parte integrante da construção» e «sobre o que a licencia sintáctica e lexicamente».

Assim, para uma melhor organização das construções existenciais que propusemos trabalhar, subcategorizámo-las em dois grupos: (i) aquelas construções que se ancoram num campo espacial; (ii) aquelas construções que se ancoram num campo temporal.

#### (i) Construções que se ancoram num campo espacial

##### Em PE

(43) a. «Esperamos que seja uma realidade em breve e que *pro* haja igualdade no casamento em Portugal.» (in Jornal Público, p. 6, §7, l. 7-9).

b. «É possível perceber uma clivagem Norte/Sul: nos distritos judiciais do

Porto e Coimbra *pro há* mais processos por corrupção, em Lisboa e Évora prevalecem os de peculato.» (in Jornal Público, p. 8, §3, l. 6-10).

#### **Em PB**

(44) a. «*pro Há restaurantes* para todos os gostos.» (in Jornal O Povo, p. 24, § 3 l. 2-4).

b. «*pro Há duas avenidas* que concentram os melhores bares e casas nocturnas de Balneário Camboriú: Atlântica e Brasil.» (in Jornal O Povo, p. 24, § 2 l. 1-5).

c. «Tudo indica que *pro há* um comando do ETA em Mallorca,» declarou o procurador do Tribunal Superior de Justiça das Baleares, Bartomeu Barcelo.» (in Jornal O Povo, p. 27, § 2, l. 15-20).

#### **(ii) Construções que se ancoram num campo temporal**

##### **Em PE**

(45) a. «O novo presidente do partido elogiou Miguel Macedo, que conhece «*pro há muitos anos*» e a quem reconhece grandes qualidades pessoais e políticas.» (in Jornal Público, p. 3, §1, l. 1-5).

b. «Apesar de essa não ter sido a solução legislativa que defendo – eu reconheço-me na proposta do PSD, que, aliás, defendi *pro há dois anos* -, não é surpresa para mim que o TC não tenha declarado inconstitucional esta solução», declarou.» (in Jornal Público, p. 6, § 2, l. 1-7).

##### **Em PB**

(46) a. «A Motorromaria com Maria é resultado da devoção do engenheiro Edson Peixoto Maia, que *pro há 26 outubro*s, já organiza uma motorromaria até Canindé.» (in Jornal O Povo, p. 3, § 4, l. 3-8).

b. «O funcionário público estadual Francisco Fernandes Neto, 53, participa da Motorromaria com Maria desde o início do evento *pro há três anos*.» (in Jornal O Povo, p. 3, § 1, l.1-5).

Os exemplos acima citados sugerem que as construções existenciais têm a tendência de se ancorarem num campo espaço-temporal. As referidas construções

podem ancorar num campo espaço-temporal em simultâneo, particularmente, nas frases complexas, visto que estas construções realizam-se em períodos diferentes, como em (47). Isto significa que tal ancoragem não é estanque ou rígida.

(47) «Enquanto em algumas *pro* há indicações precisas de onde os corpos foram enterrados e a terra é a mesma *pro* há 40 anos, em outros a floresta virou pasto, o trator passou ou as coordenadas são bem menos pontuais.» (in Jornal O Povo, p. 2, § 4, l. 6-13).

Podemos verificar que nas duas variedades linguísticas em estudo as construções existenciais se realizam com o verbo *haver*, mas apesar dessa semelhança as realizações dos sujeitos expletivos ocorrem de um modo diverso, pois, na perspectiva de Lapa (1984:184), por exemplo, pode empregar-se impessoalmente na 3ª pessoa (nesse caso são chamados «unipessoais») com os verbos: haver, ser, fazer, dar, ir, ficar, estar, doer, admirar, lembrar, esquecer, etc. Mas, no primeiro caso (com o verbo *haver*) há certa dificuldade em aceitar o seu carácter abstracto e impessoal, o que levou o brasileiro inculto a substituí-lo por *ter*.

Segundo Carrilho (2008), nas variedades não-padrão do PE ocorrem um **ele** expletivo nas construções impessoais, como exemplo: «Mas, ele havia muita fome, naquele tempo.» (Carrilho, 2008:20); enquanto as investigações de Lamoglia Duarte (2003) demonstram que no nível padrão (culto) do PB ocorre o pronome **você** com os verbos **ter** e **ver**<sup>17</sup> em construções variantes daquelas que exibem os verbos **ter** e **haver**<sup>18</sup> existencial, ou seja, em vez de sentenças como (32), repetido aqui em (48a.) com a posição de sujeito nulo, temos as construções em (48b.), com sujeito preenchido por **você**:

(48) a. «**Não há / não tem** mais clientela no centro da cidade.

b. **Você** não tem mais clientela no centro da cidade.»

(Cf. Lamoglia Duarte, 2003).

---

<sup>17</sup> O negrito é nosso.

<sup>18</sup> Cf. a Nota 17.

Isto leva-nos a postular que as construções existenciais realizam de um modo diverso nessas duas variedades do português, visto que, segundo Carrilho (op. cit.), no PE, nas variedades não-padrão, há a presença de pronome (**ele**), enquanto segundo Lamoglia Duarte (op. cit.), no PB nas variedades padrão, particularmente no nível culto, há a presença de um pronome (**você**).

Para Carrilho (op. cit.), os sujeitos de tipo expletivo não têm normalmente realização visível no PE. Todavia, ocorre por vezes nesta língua um elemento que pela forma (**ele**) e pelos contextos em que surge, evoca os sujeitos expletivos de línguas como o inglês. Como exemplos, temos:

(49) «Afinal o que importante não é ser novo e galante/ ele há tanta maneira de compor uma estante!» (Mário Cesary, 1991:15 *apud* Carrilho, 2008:10).

(50) «Elas acudiam com números de telefone: ele era para a ama que tinha ficado com o filho, ele era para a mãe, ele era «para uma grande amiga que é como se fosse uma irmã».» (Alçada Baptista, 1985:158 *apud* Carrilho, 2008:10).

Carrilho (op. cit.) afirma que como muitos sujeitos expletivos, **ele** assume a forma de um pronome pessoal de terceira pessoa do singular, neste caso masculino, numa manifestação casual compatível com a posição de sujeito (nominativo). Porém, não apresenta uma interpretação referencial. As construções em que é notado são normalmente impessoais, envolvendo uma posição de sujeito não-argumental. Assim, este elemento tem sido entendido como um sujeito expletivo visível, comparável a «it» ou «there» do inglês (Vasconcellos (1901), Dias (1918), Cunha e Cintra (1984), Duarte e Matos (1984), Raposo (1992), Vilela (1995), Mateus et al. (2003), entre outros). Além disso, esse **ele** expletivo tem sido caracterizado como próprio de variedades não-padrão do português: registos informais (Dias (1918)) ou familiares (Said Ali (1927)), variedades populares ou «popularizantes» (Vasconcellos (1901), Cunha e Cintra (1984), Vilela (1995)), dialectos arcaizantes ou mais conservadores (Mateus et al. (2003)).

Carrilho (op. cit.) realça que apesar de os exemplos (49) e (50) serem relativamente tolerados em situações de uso da variedade padrão – como em textos literários (o caso dos exemplos supra citados) ou nos meios de comunicação social – a presença do sujeito expletivo parece envolver sempre um valor expressivo adicional estilisticamente marcado, por isso, mais frequente em situações de comunicação menos formais. Mas, Carrilho salienta que a ocorrência do expletivo **ele** em variedades próximas do padrão parece limitada a contextos de posição de sujeito não argumental –

normalmente em frases exclamativas ou enumerações enfáticas como a de (50).

É neste sentido que Carrilho (op. cit.) estabelece as diferenças entre os sujeitos expletivos das línguas de sujeito não-nulo e o expletivo **ele**. Os primeiros são obrigatórios e totalmente desprovidos de conteúdo semântico, enquanto o segundo é opcional e parece contribuir semanticamente, não propriamente para o conteúdo proposicional, mas para o valor expressivo da frase em que ocorre.

A partir das investigações de Carrilho (op. cit.), podemos constatar que no PE pode ocorrer um **ele** expletivo nas variedades não-padrão e, por vezes, pode ocorrer esse **ele** expletivo nas variedades próximas do padrão, mas nestas variedades, esse expletivo tem um valor semântico, pois possibilita que a frase seja mais expressiva. Enquanto nas variedades não-padrão ocupa apenas a posição do sujeito e não apresenta uma interpretação referencial. Por isso, é interpretado/ analisado a nível da sintaxe.

Ainda, para o PE, Mateus et al. (2003) apresentam exemplo de construções existenciais que se realizam com o verbo *haver*; enquanto Lamoglia Duarte (2003), para o PB, ilustra os casos em que se realizam com o verbo *ter*. Vejam-se os exemplos abaixo:

(51) a. Há três janelas na sala. (Mateus et al., 2003:282)

b. Tem muita gente na praça. (Cf. Lamoglia Duarte (2003))

Isto significa que embora se tratando de construções existenciais, essas construções realizam-se de um modo diferente em cada uma dessas variedades do português, uma vez que Mateus et al. (op. cit.) apresentam as construções existenciais que se realizam com o verbo **haver** no PE, enquanto Lamoglia Duarte (op. cit.) demonstra no seu estudo que, no PB, as referidas construções têm a tendência ou podem ocorrer com o verbo **ter**.

Vejam-se os seguintes exemplos recolhidos na amostra:

(52) a. «(...) Para ele, Motorromaria com Maria também chama a atenção para os cuidados no trânsito. «Têm regras que a gente tem que obedecer», reforça.» (in Jornal O Povo, p. 3, § 5, l. 1-6).

b. «O grande problema do Nordeste hoje é que não temos uma boa infraestrutura, não temos uma grande ferrovia, embora esteja em andamento a

construção de Transnordestina, ou um grande metrô.» (in Jornal O Povo, p. 10, § 12, l. 1-9).

c. «Mas, hoje, temos várias formas de controle que não existiam ou não tinham força há 50 anos. Temos o próprio Governo nos olhando, temos os ministérios públicos. (in Jornal O Povo, p.11, § 26, l. 12-17).

d. «Temos graves e crônicos problemas a resolver...» (in Jornal O Povo, p.5, § 3, l. 1).

A partir destes exemplos, podemos concluir que o PB permite a realização de construções existenciais com o verbo *ter* e, em cada situação este verbo é flexionado, no exemplo (51a.) corresponde a 3ª pessoa do plural e (51b., c. e d.) correspondem a 1ª pessoa do plural.

Cabe realçar que o PB aproxima-se do caboverdiano, porque ambas as línguas admitem construções existenciais que se realizam com verbo *ter*. Nas frases de Baptista (2000:22) *apud* Pratas (2002:90) com predicados existenciais mostra-se que o caboverdiano admite um *pro* expletivo. Veja-se o exemplo (53):

- (53) a. «Ten des gatu na nha kaza»  
Tem dez gatos na minha casa  
Há dez gatos em minha casa  
(Pratas, 2002:90)

Na perspectiva de Pratas (op. cit.), o caboverdiano também não admite sujeitos expletivos realizados, assim como o PB.

Franchi et al. (1998:109) *apud* Lamoglia Duarte (2003) afirmam que a análise do uso de *haver* aponta que o seu contexto de resistência está particularmente ligado a «extensões predicativas mais abstractas». De facto, tal resultado é referendado pela análise de Callou e Avelar, que encontram 74% de ocorrências de *haver* em construções em que o NP argumento interno tem o traço [- material]. De igual modo, a análise de Lamoglia Duarte (op. cit.) confirma este resultado, porque em ambas as amostras analisadas, constatou-se que 75% dos predicados com *haver* apresentam um argumento interno [- material]; com *ter* esses percentuais praticamente se invertem (62% com



argumento interno [+ material] nas duas amostras), revelando estabilidade no que se refere a esse aspecto.

Da análise da amostra, constatámos que isso se confirma, principalmente nos exemplos (52), já que se tratam de construções existenciais que se realizam com o verbo *ter* e com argumento interno de natureza [+ material]; e, particularmente, essas expressões são registos da fala de um falante brasileiro que na situação comunicativa desempenhou a função de um entrevistado. Isto pode ser confirmado a partir da leitura do primeiro texto em anexo.

Para Lamoglia Duarte (op. cit.), a ausência do uso de *haver* na faixa etária 1 das duas amostras chama a atenção para o facto de *haver* já não fazer parte do processo natural de aquisição da linguagem. No entanto, encontra seus mais altos percentuais de ocorrência na faixa 4 (acima de 50 anos), apresentando índices de 19% na amostra de 1980 e de 15% na amostra de 2000. A actuação da escolaridade, que parecia mais definida na amostra de 1980, com falantes com ensino médio superando amplamente os demais no uso de *haver* (21% vs 7%), se mostra diluída na amostra de 2000, em que se têm os índices de 3% (ensino fundamental 1), 10% (ensino fundamental 2) e 5% (ensino médio).

Lamoglia Duarte (op. cit.) afirma:

*E o que é mais interessante, amplia-se o quadro de pronomes utilizados. Enquanto na amostra 2000 passamos a encontrar, além de «você» (47 ocorrências) e a «gente» (20), os pronomes «eu» (22), «nós» (19), «ele», «ela» (5), «tu» (4) e «se» (2). (Lamoglia Duarte, 2003).*

Assim, esta teórica realça que como sugere Vitral e Ramos (1999) em relação ao pronome você, todos os demais pronomes que estão acima referidos, estando presente na frase, este pronome apresenta uma perda de informação semântica. O que parece certo é que ao invés de eleger uma única forma pronominal para ocupar a posição de expletivo, como fez o francês, por exemplo, o PB reorganiza as construções existenciais lançando mão de uma série de pronomes para tal fim. (Lamoglia Duarte, 2003).

Nos exemplos (52), podemos verificar que o verbo está na 3ª pessoa do plural, como em (52a.) e na 1ª pessoa do plural, como em (52b., c. e d.). Embora os pronomes não estejam realizados foneticamente podemos fazer referência a eles através da flexão verbal. Contudo, não podemos esquecer que estamos numa construção expletiva, concretamente numa construção existencial. Por isso, o pronome tanto pode estar realizado como não, mas nestes dois casos ele perde sua informação semântica.

## 2.5. Construções arbitrárias

Como foi abordado em 2.4., pode dizer-se que Raposo (1992), Baptista (2000), Mateus et al. (2003) e Lamoglia Duarte (2003) têm a mesma posição referente à realização e à actualização das construções arbitrárias, afirmando que são uma das realizações de construções expletivas. Nesta perspectiva, Raposo (op. cit.) apresenta exemplos de ocorrência de *pro* em (21a. e b.), repetidos aqui, em (54a. e b.), por facilidade de exposição. Os exemplos (54a.) e (54b.) ilustram os casos de ocorrência *pro*, enquanto pronomes pessoais (plenamente referenciais e com conteúdo gramatical variável) e pronomes expletivos (sem referência e nem conteúdo semântico), respectivamente.

(54) a. *pro* comemos a sopa.

b. *pro* parece que o João e a Maria chegaram.

(Raposo, 1992:474).

Porém, Figueiredo Silva (1996), Coelho et al. (2001) e Costa e Galves (2001) admitem a realização de um *pro* em construções expletivas e em arbitrárias de modo separado. Deste modo, Figueiredo Silva (op. cit.) apresenta um caso típico de uma construção expletiva, como em (22a.), repetido aqui em (55a.); e um caso típico de uma construção arbitrária, como em (23a.), repetido em (56a.). Isto leva-nos a postular que estes linguistas não consideram as construções arbitrárias como uma das realizações de construções expletivas ou, pelo menos, não podem realizar-se com os mesmos tipos de verbos.

(55) a. Está chovendo.

(56) a. Parece que o João chegou. (Silva, 1996 *apud* Pratas, 2002:90)

No que se refere à realização de construções expletivas e arbitrárias, pode concluir-se que Raposo (1992), Baptista (2000), Mateus et al. (2003) e Lamoglia Duarte (2003) têm perspectivas diferentes de Figueiredo Silva (1996), Coelho et al. (2001) e Costa e Galves (2001), porque os primeiros teóricos designam as construções com o verbo *parecer* de expletivas, enquanto os últimos designam-nas de arbitrárias.

As construções arbitrárias são construções que se realizam particularmente com alguns verbos. Raposo (1992:329 e segs.) apresenta um conjunto de verbos que entram nas construções arbitrárias, nomeadamente: *parecer*, *querer*, *desejar*, *tentar*, *prometer*, *ameaçar*, *perguntar*, *persuadir*, *obrigar*, *impedir*, *propor* e *permitir*.

Raposo estabelece uma análise comparativa entre o verbo *parecer* e *querer*. Ambos são verbos que ocorrem em construções arbitrárias. Por isso, apresenta o seguinte exemplo:

(57) Os pais querem [que as crianças durmam].

(Raposo, 1992:329).

Neste exemplo, pode verificar-se que o verbo **querer**<sup>19</sup> na oração principal como o verbo **dormir** na oração subordinada selecciona um argumento externo na sua grelha temática<sup>20</sup> (**querer** um Experienciador, **dormir** um Tema, no sistema de Jackendoff (1972)). No enunciado (57), esse argumento seleccionado corresponde ao DP<sup>21</sup> **os pais**, que satisfaz o critério- $\theta$  relativamente à função- $\theta$  externa de **querer** e o DP **as crianças**, que satisfaz o critério- $\theta$  relativamente ao verbo subordinado. O verbo **querer**, para além do seu argumento externo, atribui igualmente uma função- $\theta$  interna a um argumento proposicional, realizado em (57) pela oração subordinada entre parêntese. (Raposo, 1992:329).

Raposo (op. cit.) sustenta que o verbo **querer** pode ocorrer com orações subordinadas não finitas (sem flexão). Neste caso, o sujeito não tem realização fonética. Veja o contraste entre (58a.) e (58b.), o primeiro é gramatical e o segundo é agramatical, porque há realização fonética do sujeito.

(58) a. Os pais querem [dormir].

b. \*Os pais querem [as crianças dormir]. (Cf. Raposo, 1992:329)

---

<sup>19</sup> O negrito é do autor.

<sup>20</sup> Para mais informações sobre a grelha temática consulte RAPOSO, E. P. (1992). *Teoria da Gramática. A Faculdade da Linguagem*. Lisboa. Ed. Caminho. 2ª edição. Cap. 9.

<sup>21</sup> NP ou DP (mais actual) é uma designação do grupo nominal para o inglês (Noun Phrase), que corresponde ao SN em Português.

Admite ainda que em (58a.) ocorre uma categoria na posição de sujeito da oração subordinada. Por isso, analisa detalhadamente esta categoria. Neste sentido que ele afirma que uma análise possível para (58a.) consiste então em tomar a referida categoria vazia como sendo um vestígio anafórico ligado pelo DP sujeito da oração principal, i. e., **os pais**. Vejam-se os exemplos abaixo. (Raposo, 1992:330).

- (59) a. [Os pais] querem [*t* dormir].  
b. [Os pais] parecem [*t* dormir]. (Raposo, 1992:330)

Este estudioso sustenta que existem, no entanto, diferenças teóricas e empíricas entre **parecer**, por um lado, e **querer**, **desejar**, por outro, que impedem a assimilação dos dois casos. Empiricamente, (59a.) pode ser expresso com o DP sujeito da oração principal na posição que ocupa em estrutura-D (estrutura profunda), ou seja, de sujeito da oração subordinada:

- (60) a. *e* parece [que os pais dormem]. (Raposo, 1992:330)

Entretanto, para (59a.) não existe expressão paralela a (60a.) com um sentido impessoal:

- (60) b. *e* quer [que os pais durmam]. (Raposo, 1992:330)

Esta expressão é possível (um tanto ou quanto marginalmente), mas com um sentido diferente de (60a.), significando por exemplo «ela quer que os pais durmam».

Raposo (op. cit.) postula que com os verbos **querer** ou **desejar** podemos ter dois sujeitos diferentes na oração principal e na oração subordinada, como em (57). Tal não é possível, contudo, com **parecer**, como em (61).

- (61) \*Os pais parecem [que as crianças dormem]. (Raposo, 1992:331).

Deste modo, Raposo (op. cit.) sustenta que há algumas diferenças entre **parecer** e **querer** ou **desejar**, visto que a posição de sujeito dos verbos **querer** e **desejar** é uma posição- $\theta$ , pois estes verbos seleccionam um argumento externo ao passo que a posição de sujeito de **parecer** não é. (Raposo, 1992:331).

### 2.5.1. Construções arbitrárias com os verbos *querer*, *tentar* e *desejar*: confronto entre PE e PB

Alguns verbos devido à sua natureza entram nas construções arbitrárias. É neste sentido que Raposo (1992) apresenta um conjunto de verbos que entram nestas construções.

São, entre outros, os verbos *querer*, *tentar* e *desejar*<sup>22</sup>. Raposo (op. cit.) afirma que a categoria argumental foneticamente nula PRO pode ocorrer na posição de sujeito da oração subordinada não finita com verbos principais «canónicos» como *querer*, *desejar* e *tentar*, obedecendo a distribuição de PRO, porque na sua qualidade de categoria vazia, não necessita de receber Caso. (Raposo, 1992:384)

Em (62) e (63), apresentamos os exemplos recolhidos nas amostras que elucidam a ocorrência de PRO na chamada oração complemento. Vejam-se os exemplos que se seguem:

#### Com o verbo *querer*

##### Em PE

(62) a. «... José Pedro Aguiar-Branco não quis [PRO dizer se foi ou não um erro], apesar de admitir que seria melhor o novo presidente estar na Assembleia da República.» (in Jornal Público, p. 3; § 4; l. 5-9).

b. «Cientistas querem [PRO fazer Barómetro da Vida]» (in Jornal Público, p. 17).

c. «Quem quiser [PRO vir], vem, é livre e o programa dos oradores oficiais é o mesmo do ano passado», afirmou.» (in Jornal Público, p. 3; § 1; l. 8-10).

d. «Ângelo Correia reagiu, duro. Advertiu alto e bom som que seria mau que o Presidente quisesse [PRO condicionar o PSD].» (in Jornal Público, p. 2; § 8; l. 31-34).

e. «Para o escritor, a Dublin desse tempo em que ele ainda era criança, com «toda aquela culpa, todo aquele desejo sexual reprimido», é o cenário perfeito para quem quer [PRO escrever romances negros].» (in Jornal Público, p. 34-35; § 8; l. 6-11).

---

<sup>22</sup> O itálico é nosso.

## Em PB

(63) a. «Alegrias como essas são vividas diariamente na casa do advogado, 44, e da assistente social, 46, que sempre quiseram [PRO ter filhos], mas não conseguiram.» (in Jornal O Povo, p. 8; § 2; l. 1-7).

b. «Eu não quero nem [PRO comentar isso]». (in Jornal O Povo, p. 13; § 5; l. 14-15).

c. «É desta forma que o Anuário se fez ferramenta confiável e essencial para quem quer [PRO conhecer o Estado].» (in Jornal O Povo, p. 18; § 4; l. 20-24).

d. «Para quem vai viajar e quer [PRO levar uma mala bem feita, a próxima aula da Universidade Casablanca Turismo é imperdível].» (in Jornal O Povo, p. 25; § 1; l. 1-2).

Nos exemplos acima, pode constatar-se que o PE e o PB admitem a realização de construções arbitrárias com o verbo *querer*, permitindo a ocorrência do PRO, i. e., uma categoria que funciona tipicamente como sujeito das orações não finitas e não flexionadas. Em (62) e (63), pode verificar-se que a oração principal (com o verbo *querer*) ocorre nos mais diversos tempos verbais, tais como: Pretérito perfeito, presente do indicativo, pretérito imperfeito e futuro do conjuntivo.

Apesar destas semelhanças, há alguma diferença, particularmente, no que se refere ao modo de realização das construções arbitrárias, pois o PE admite a realização do verbo *querer* no futuro do conjuntivo (**quiser**), pretérito imperfeito do conjuntivo (**quisesse**) e no presente do indicativo (**quer**) nas construções com pronomes relativos (*quem* e *que*), em (62c.), (62d.) e (62e.), respectivamente. Enquanto o PB admite apenas a realização do verbo *querer* no presente indicativo (**quer**) nas construções com o pronome relativo (*quem*), em (63c.) e (63d.), segundo os dados analisados.

A análise sintáctica leva-nos a postular que talvez estas construções (62e.), (63c.) e (63d.) devam estar realizadas no presente do conjuntivo, porque este modo verbal denota que uma acção, ainda não realizada (caso da oração principal), é concebida como ligada a outra (oração subordinada), expressa ou subentendida, de que depende (cf. Cunha e Cintra, 1999: 464). Vejam-se a reformulação de (62e.), (63c.) e (63d.) em (64):

(64) a. Para o escritor, a Dublin desse tempo em que ele ainda era criança, com «toda aquela culpa, todo aquele desejo sexual reprimido», é o cenário perfeito para

quem queira [PRO escrever romances negros].

b. É desta forma que o Anuário se fez ferramenta confiável e essencial para quem queira [PRO conhecer o estado].

c. Para quem vai viajar e queira [PRO levar uma mala bem feita, a próxima aula da Universidade Casablanca Turismo é imperdível].

Porém, a partir da análise semântica, concluiu-se que (62e.), (63c.) e (63d.) ocorrem com o verbo *querer* no presente do indicativo, na medida em que este modo verbal denota o facto expresso pelo verbo como certo e real, isto possibilita que as frases sejam mais enfáticas e se analisarmos atentamente (63c.) e (63d.) facilmente deduziríamos que se tratam de textos publicitários (cf. os dois últimos textos em anexo). Nestes textos é habitual o jogo de palavras de modo que mensagem seja transmitida de uma forma enfática e recorre a função apelativa da linguagem.

### **Com o verbo *tentar***

#### **Em PE**

(65) a. «Mas muitos moradores, frustrados, tentavam [PRO furar os cordões policiais] para ajudar no salvamento.» (in Jornal Público, p. 16; § 4; l. 4-6).

b. «Tentei [PRO realizar uma obra] que fosse auto-referencial...» (in Jornal Público, p. 22-23; § 24; l. 1-2).

#### **Em PB**

(66) a. «Um homem morreu atropelado por um ônibus, ontem de manhã, quando tentava [PRO atravessar a rua, próximo ao Centro Dragão do Mar, no bairro Praia de Iracema]. O motorista tentou [PRO desviar] e acabou batendo em um contêiner de entulho que estava na calçada da avenida.» (in Jornal O Povo, p. 7; § 1; l. 1-10).

b. «(...) «Estou tentando [PRO aprender], mas ainda não consegui», diverte-se.» (in Jornal O Povo, p. 5; § 1; l. 8-10).

Em (65) e (66), pode notar-se que o verbo *tentar* ocorre nos mais diversos tempos verbais (pretérito imperfeito, pretérito perfeito e gerúndio). Nas construções com o verbo *tentar*, PRO ocorre numa posição não regida e desempenha a função de sujeito das orações não finitas, assim como nas construções com o verbo *querer*.

### **Com o verbo *desejar***

#### **Em PE**

(67) a. «Pete Townshend, que desejou [PRO espetar as suas Doc Martens na cabeça do tipo que, em woodstock, lhe borrifou o chá de LSD, compôs «I can see for miles», hino psicadélico incontestável].» (in Jornal Público, p. 10; § 2; l. 8-13).

#### **Em PB**

(68) a. «Além de beneficiar crianças, a Nova Lei promete amenizar o drama de quem deseja [PRO adoptar].» (in Jornal O Povo, p. 8; § 5; l. 1-4).

b. «... as corretoras prestam um serviço essencial a quem deseja [PRO investir].» (in Jornal O Povo, p. 22; § 4; l. 15-17).

Nestes exemplos, pode verificar-se que PRO ocorre numa posição não regida e desempenha a função de sujeito das orações não finitas, assim como nas construções com o verbo *querer* e *tentar* acima referenciadas.

### **2.6. Aspectos sintácticos e semânticos semelhantes ou diferentes entre o PE e PB nas realizações de construções expletivas e arbitrárias**

A partir da análise das amostras (em 2.4.1. e 2.5.1.), pode verificar-se que na realização de construções expletivas e arbitrárias, há alguns aspectos sintácticos e semânticos que fazem aproximar e divergir estas duas variedades linguísticas em estudo.

No que se refere à realização de construções expletivas com os verbos que exprimem fenómenos da natureza, constatou-se que, em ambas as variedades linguísticas, há realização de *pro expletivo* que ocupa a posição de sujeito. Nas construções existenciais, verificou-se que estas construções realizam com o verbo *haver*, na acepção de existir nestas duas variedades linguísticas. No entanto, o PB admite também a realização de construções existenciais com o verbo *ter* (vejam-se os exemplos (52)).

O PE e o PB admitem a realização de construções arbitrárias com o verbo *querer*, *tentar* e *desejar*. Nestas construções ocorrem a categoria vazia PRO que funciona



tipicamente como sujeito das orações não finitas e não flexionadas.

A análise sintáctica dos enunciados (62e.), (63c.) e (63d.) permite sustentar que talvez estas construções deviam estar realizadas no presente do conjuntivo em vez do presente do indicativo (cf. a subsecção 2.5.1.). Mas, a partir da análise semântica, concluiu-se que (62e.), (63c.) e (63d.) ocorrem com o verbo *querer* no presente do indicativo, porque este modo verbal denota o facto expresso pelo verbo como certo e real, isto possibilita que as frases sejam mais enfáticas. Os exemplos (63c.) e (63d.) tratam-se de textos publicitários, nestes textos é habitual o jogo de palavras de modo que a mensagem seja transmitida de uma forma enfática e recorre a função apelativa da linguagem. (Cf. o quadro comparativo da realização de construções expletivas e arbitrárias no PE e no PB em 3.2.).

## 2.7. Conclusão

Ao longo deste capítulo focalizámos os conceitos relacionados com as construções expletivas e arbitrárias. Para Figueiredo Silva (1996), Coelho et al. (2001) e Costa e Galves (2001), as construções arbitrárias são realizações a parte das construções expletivas, por isso, apresentam as construções com o verbo *parecer* como um caso típico de uma construção arbitrária (cf. ex. (56a.)). Enquanto Raposo (1992) apresenta as construções com o verbo *parecer* e com verbos meteorológicos como sendo casos típicos de construções expletivas (cf. os exemplos (9a.) e (9b.)), respectivamente.

No estudo realizado, constatou-se que as duas variedades linguísticas em estudo admitem a realização de construções expletivas e arbitrárias, embora o PB tenha a tendência de perder contextos de ocorrência de sujeito nulo, ao contrário do PE. Porém, estas construções realizam-se de modo diverso, na medida em que o PB admite a realização de construções existenciais com o verbo *ter* a par de *haver*, enquanto o PE admite só com este último verbo. As construções com os verbos que exprimem fenómenos meteorológicos têm um comportamento idêntico nas duas variedades linguísticas.

Ambas as variedades linguísticas admitem a realização de construções arbitrárias com o verbo *querer*, *tentar* e *desejar*. Nestas construções, PRO ocorre numa oração complemento. Tanto o PE como o PB admite a realização do verbo *querer* no presente

do indicativo numa oração que contém o pronome relativo (*quem*), em vez do presente do conjuntivo de modo que a frase seja mais enfática.

## **Capítulo 3**

### **Considerações finais**

#### **3.1. Introdução**

Neste capítulo, abordaremos de forma sintética os aspectos desenvolvidos na pesquisa sobre a realização de construções expletivas e arbitrárias no PE e no PB, tendo por base uma análise comparativa. Apresentaremos na subsecção seguinte, um quadro comparativo da realização de construções expletivas e arbitrárias nas duas variedades linguísticas em estudo.

Por último, apresentaremos as conclusões a que se chegou a partir da realização deste estudo.

#### **3.2. Quadro comparativo de realização de construções expletivas e arbitrárias no PE e no PB**

De acordo com as pesquisas feitas, constatámos que o PE e o PB admitem a realização de construções expletivas e arbitrárias. Porém, estas construções realizam-se de modo diferente. Deste modo, o Quadro abaixo apresenta de forma comparada a realização de construções expletivas e arbitrárias no PE e PB, tendo em consideração os aspectos sintácticos e semânticos semelhantes ou diferentes (cf. a subsecção 2.6).

Quadro 1 – Realização de construções expletivas e arbitrárias no PE e no PB.

CONSTRUÇÕES EXPLETIVAS		
Aspectos sintácticos semelhantes	Português Europeu (PE)	Português Brasileiro (PB)
Construções com verbos meteorológicos – <i>pro</i>	<b>Ex.:</b> <i>pro</i> Chove.	<b>Ex.:</b> <i>pro</i> Está chovendo.
Construções existenciais – com o verbo <i>haver</i>	<b>Ex.:</b> «... <i>pro</i> <u>há</u> maior vulnerabilidade e permeabilidade por parte dos funcionários;» (in Jornal Público, p. 8, §2, l. 7-9).	<b>Ex.:</b> « <i>pro</i> <u>Há</u> restaurantes para todos os gostos.» (in Jornal O Povo, p. 24, § 3 l. 2-4).
Aspectos sintácticos diferentes		
Construções existenciais – com o verbo <i>ter</i>		<b>Ex.:</b> «... não <u>temos</u> uma grande ferrovia...» (in Jornal O Povo, p. 10, § 12, l. 1-9).
CONSTRUÇÕES ARBITRÁRIAS		
Aspectos sintácticos semelhantes	Português Europeu (PE)	Português Brasileiro (PB)
<u>Numa oração complemento</u> - PRO ocorre numa posição não regida e desempenha a função de sujeito das orações não finitas e não flexionadas	<b>Ex.:</b> « <u>Cientistas</u> querem [PRO fazer Barómetro da Vida]» (in Jornal Público, p. 17).	<b>Ex.:</b> « <u>O Povo</u> quer [PRO saber]» (in Jornal O Povo, p. 9).
<u>Numa oração complemento</u> - admite a realização do verbo <i>querer</i> no presente indicativo nas construções com o pronome relativo ( <i>quem</i> )	<b>Ex.:</b> «...é o cenário perfeito para quem <u>quer</u> [PRO escrever romances negros].» (in Jornal Público, p. 34-35; § 8; l. 6-11).	<b>Ex.:</b> «Para quem vai viajar e <u>quer</u> [PRO levar uma mala bem feita, a próxima aula da Universidade Casablanca Turismo é imperdível].» (in Jornal O Povo, p. 25; § 1; l. 1-2).

<b>Aspectos sintácticos diferentes</b>		
Numa oração complemento – admite a realização do verbo <i>querer</i> no futuro do conjuntivo e pretérito imperfeito do conjuntivo nas construções com pronomes relativos ( <i>quem</i> e <i>que</i> )	Ex.: «Quem <u>quiser</u> [PRO vir], vem, é livre...» (in Jornal Público, p. 3; § 1; l. 8-10).  «... seria mau que o Presidente <u>quisesse</u> [PRO condicionar o PSD].» (in Jornal Público, p. 2; § 8; l. 31-34).	
<b>Aspectos semânticos semelhantes</b>		
Uma expressão enfática	Ex.: «...é o cenário perfeito para quem <u>quer</u> [PRO escrever romances negros].» (in Jornal Público, p. 34-35; § 8; l. 6-11).	Ex.: «Para quem vai viajar e <u>quer</u> [PRO levar uma mala bem feita, a próxima aula da Universidade Casablanca Turismo é imperdível].» (in Jornal O Povo, p. 25; § 1; l. 1-2).

A partir da análise do Quadro, pode verificar-se que, num estudo comparativo entre PE e PB, parece correcto afirmar-se que há mais aspectos semelhantes do que diferentes, no que diz respeito à realização de construções expletivas e arbitrárias.

Neste sentido, cabe ressaltar os aspectos sintácticos e semânticos que fazem aproximar e divergir as duas variedades linguísticas em referência, no que concerne à realização das construções expletivas e arbitrárias.

Na realização de construções expletivas, registam-se os seguintes aspectos sintácticos semelhantes:

- i) Ocorre um *pro* expletivo que ocupa a posição de sujeito nas construções com verbos que exprimem fenómenos da natureza.
- ii) As construções existenciais realizam-se com o verbo *haver* na acepção de existir.

No que diz respeito aos aspectos sintácticos diferentes, constatou-se que o PB admite também a realização de construções existenciais com o verbo *ter*, ao contrário do

PE.

Na realização de construções arbitrárias, há os seguintes aspectos sintáticos semelhantes:

- i) Numa oração complemento, PRO ocorre numa posição não regida e desempenha a função de sujeito das orações não finitas e não flexionadas.
- ii) Admite a realização do verbo *querer* no presente do indicativo com o pronome relativo (*quem*).

Relativamente aos aspectos sintáticos diferentes, a partir da análise das amostras, concluiu-se que o PE admite a realização do verbo *querer* no futuro do conjuntivo e pretérito imperfeito do conjuntivo nas construções com pronomes relativos (*que* e *quem*). Enquanto o PB admite apenas a realização do verbo *querer* no presente do indicativo nas construções com o pronome relativo (*quem*), conforme os dados analisados.

O PE e o PB admitem a realização do verbo *querer* no presente do indicativo com o pronome relativo (*quem*) numa oração complemento. Neste caso, o enunciado pode ser interpretado como uma expressão enfática, porque o verbo no presente do indicativo permite que o facto expresso pelo verbo seja interpretado a nível da semântica como certo e real, particularmente, os exemplos de realização dessas construções, no PB, tratam-se de textos publicitários. Nestes textos é usual o jogo de palavras, de modo que a mensagem seja transmitida de forma enfática e recorre a função apelativa da linguagem.

Estes aspectos sintáticos e semânticos fazem aproximar e divergir o PE e o PB, permitindo que sejam considerados duas variedades de uma língua que se caracterizam por uma estrutura gramatical própria. As diferenças existentes entre as duas variedades linguística em referência demonstram que a Língua Portuguesa é viva e dinâmica. Isto é uma mais-valia, pois enriquece-a. Deste modo, vale citar uma frase de Coseriu: “a língua que muda é a língua real em seu existir concreto” (cf. Coseriu (1979:19) *apud* Marçalo (1994)).

## Bibliografia

BAGNO, Marcos. (2003). *Preconceito lingüístico – o que é, como se faz*. São Paulo. Ed. Loyola. 27ª edição.

COELHO, Izete Lehmkuhl et al. “Ordem VS e sujeito nulo em PE e PB”. In SOARES, Maria Elias (org). Boletim da ABRALIN – II Congresso Internacional da ABRALIN. Fortaleza, Março 2001. Vol. 1.

CHOMSKY, Noam. (1981). (tradução de 1991). *Teórie du Gouvernement du Liage – Les conférences de Prise*. França. Editions du Seuil.

CHOMSKY, Noam. (1986). (tradução). *O Conhecimento da Língua – Sua Natureza, Origem e Uso*. Lisboa. Ed. Caminho.

CUESTA, Pilar Vázquez e LUZ, Maria Albertina Mendes da. (1971). *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa. Ed. Edições70.

CUNHA, C. & CINTRA, L. F.L. (1999). *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Lisboa. Edições Sá da Costa. 15ª edição.

DUARTE, Inês. (2000). *Língua Portuguesa – Instrumentos de análise*. Lisboa. Ed. Universidade Aberta. pp. 21-26.

DUARTE, Inês e BRITO, Ana Maria. «Sintaxe». In FARIA, Isabel Hub et al. (org.). (1996). *Introdução à Linguística Geral e Portuguesa*. Lisboa. Ed. Caminho. pp. 247-302.

FEREIRA, Manuela Barros; CARRILHO, Ernestina; LOBO, Maria; SARAMAGO, João e CRUZ, Luísa Segura da. «Variação linguística: perspectiva dialectológica». In FARIA, Isabel Hub et al. (org.). (1996). *Introdução à Linguística Geral e Portuguesa*. Lisboa. Ed. Caminho.

GONÇALVES, Mª F. H. S.L. (1994). *Para uma redefinição do parâmetro do sujeito nulo*. Lisboa. Tese de Mestrado: Universidade de Lisboa.

LAPA, M. Rodrigues. (1984). *Estilística da Língua Portuguesa*. Portugal. Ed. Coimbra, Lda. 11ª edição. pp. 182-184.

LUCCHESI, Dante e LOBO, Tânia. «Aspectos da sintaxe do Português Brasileiro». In FARIA, Isabel Hub et al. (org.). (1996). *Introdução à Linguística Geral e Portuguesa*. Lisboa. Ed. Caminho. pp. 303-311.

LYONS, John (tradução de F. Dubois – Charlier et D. Robinson). (1970). *Linguistique générale*. Paris. Ed. Librairie Larousse. pp. 298-299.

MARÇALO, Maria João. «A dinâmica da língua – implicações num estudo sincrónico». In Associação Portuguesa de Linguística. (1994). *Variação linguística no espaço, no tempo e na sociedade – Actas do encontro regional da Associação Portuguesa de Linguística*. Portugal. Ed. Colibri. pp. 89-93.

MARQUILHAS, Rita. «Mudança linguística». In FARIA, Isabel Hub et al. (org.). (1996). *Introdução à Linguística Geral e Portuguesa*. Lisboa. Ed. Caminho.

MATEUS, Maria Mira et al. (1983). *Gramática da Língua Portuguesa*. Coimbra. Ed. Livraria Almeida.

MATEUS, Maria Mira et al. (2003). *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa. Ed. Caminho. 7ª edição.

PERES, João Andrade e MÓIA, Telmo. (1995). *Áreas Críticas da Língua Portuguesa*. Lisboa. Ed. Caminho.

PRATAS, Fernanda. (2002). *O sistema pronominal do caboverdiano (variante de Santiago) – Questões de Gramática*. Lisboa. Tese de Mestrado: Universidade Nova de Lisboa.

RAPOSO, Eduardo Paiva. (1992). *Teoria da gramática. A faculdade da linguagem*. Lisboa. Ed. Caminho. 2ª edição.

XAVIER, Maria Francisca e MATEUS, Maria Helena. (s. d.). *Dicionário de Termos Linguísticos*. Lisboa. Ed. Cosmos. Vol. I.

XAVIER, Maria Francisca e MATEUS, Maria Helena. (1992). *Dicionário de Termos Linguísticos*. Lisboa. Ed. Cosmos. Vol. II.



## Webgrafia

BAGNO, Marcos. (2009). Entrevista. Disponível in <http://linguasdobrasil.blogspot.com/2009/08/bate-papo-com-marcos-bagno>. Acesso em: 22 de Julho de 2010, às 16:04 minutos.

CARRILHO, Ernestina. (2008). “Sobre o expletivo ele em português europeu”. Disponível em [http://docs.google.com/viewer?a=v&q=cache:6hHr7RBxuYsl:ilg.usc.es/elg/volume/1/pescuda/Pescuda\\_Carrilho\\_ELGO1\\_2009.pdf+ernestina+carrilho+sobre+o+expletivo+ele+em+p](http://docs.google.com/viewer?a=v&q=cache:6hHr7RBxuYsl:ilg.usc.es/elg/volume/1/pescuda/Pescuda_Carrilho_ELGO1_2009.pdf+ernestina+carrilho+sobre+o+expletivo+ele+em+p). Acesso em: Dezembro de 2009.

DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia. “O sujeito expletivo e as construções existenciais”. In Roncarati et al. (orgs.). (2003). Português brasileiro – contato lingüístico heterogeneidade e história. Disponível em <http://www.letras.ufmg.br/fbonfim/biblioteca/artigos/O%20sujeito%20expletivo%20e%20as%20construcoes%20existenciais.pdf>. Acesso em: Dezembro de 2009.

GHELLI, Kelma Gomes Mendonça. (s. d.). *A nomenclatura (terminologia) gramatical brasileira*. Disponível em <http://www.fucamp.com.br/nova/revista/revista0505.pdf>. Acesso em: 22 de Julho de 2010, às 15:56 minutos.

MOTA, Maria Antónia. “Línguas em contacto”. In FARIA, Isabel Hub et al. (org.). (1996). *Introdução à Linguística Geral e Portuguesa*. Lisboa. Ed. Caminho. pp. 509-513. Disponível in <http://www.app.pt/materiaisdidacticos/contactolinguas.html>. Acesso em: 07 de Julho de 2010, às 17:19 minutos.

SILVA, Maurício. (2006). *A gramática brasileira noventa e seis: uma história*. Disponível em <http://www.letramagna.com/gramatica1.pdf>. Acesso em: 22 de Julho de 2010.

[http://pt.wikipedia.org/wiki/O Povo](http://pt.wikipedia.org/wiki/O_Povo). Acesso em: 18 de Junho de 2010, às 12:32 minutos.

[http://pt.wikipedia.org/wiki/P%BAblico\\_\(jornal\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/P%BAblico_(jornal)). Acesso em: 18 de Junho de 2010, às 12:10 minutos.

# **Anexos**



# Motorromaria divulga caminhada

< CATÓLICOS > “Um aperitivo” da VII Caminhada com Maria. Assim, o pároco da Catedral Metropolitana definiu a III Motorromaria

com Maria. Realizada no domingo dos pais, a motorromaria também foi um alerta: é preciso ter mais cuidado no trânsito

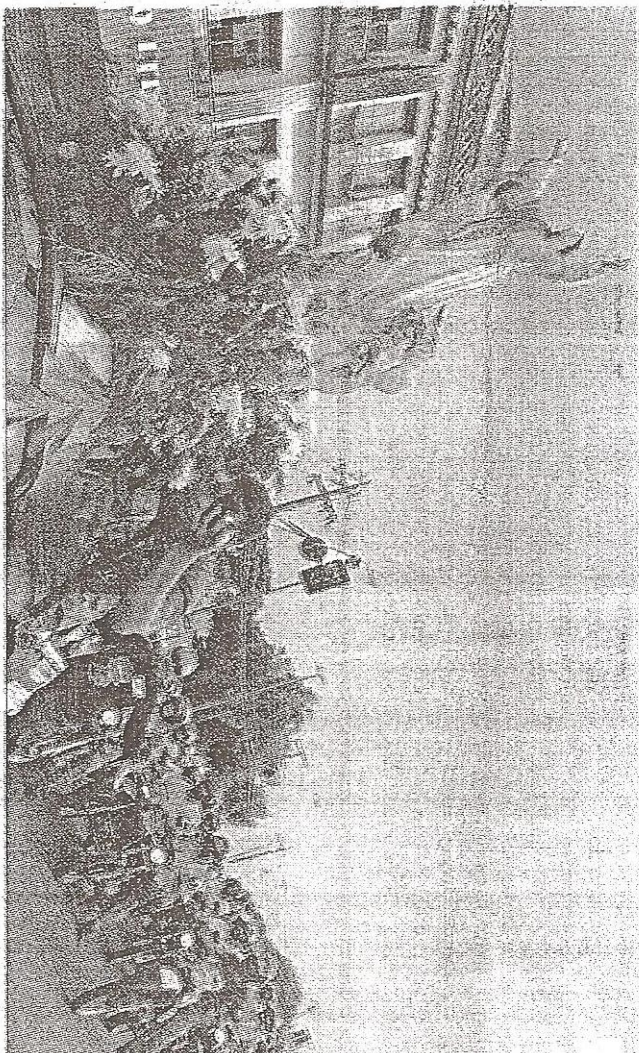
**N**o Dia dos Pais, o comerciante Carlos Aurélio, 43, ganhou um presente diferente: “Você levar o andar de Nossa Senhora”, comemorava, enquanto acomodava a imagem de 35 quilos (uma réplica da original), com os anjos e céu, na carroceria do utilitário. A frente da III Motorromaria com Maria, ele também levou a filha, Dora Caroline, 11. “Fé a primeira vez que ela participa”, inaugurou, satisfeito, mais um recanto nas lembranças da menina. A motorromaria foi realizada ontem pela manhã, entre a Catedral Metropolitana de Fortaleza (Centro) e o Santuário Nossa Senhora da Assunção (Vila Velha).

Cedo, acordou os católicos para a VII Caminhada com Maria. “É como o aperitivo da festa”, brinca o padre Clairton Alexandrino de Oliveira, pároco da catedral. “Tem o sentido de preparar os fiéis para a grande caminhada”, completa, lembrando o encerramento das celebrações em redor da padroeira de Fortaleza. A festa de Nossa Senhora da Assunção é realizada a partir do próximo dia 12, com missas diárias às 19 horas e quermesses em favor da reforma da cripta da catedral.

Nossa Senhora da Assunção será coroada dia 15 de agosto, após a chegada da procissão, “Fidelidade de Cristo, Fidelidade de Maria” é o tema da VIII Caminhada com Maria, destaca Afonso Biapina, coordenador do evento. Ele espera mais de 1,5 milhão de romeiros, contando com as caravanas do Interior e de outros Estados: “Já virou um turismo religioso”.

A fé também moveu os motoqueiros, na manhã do domingo dos pais. A Motorromaria com Maria é resultado da devoção do engenheiro Edson Peixoto Maia que, há 26 outubro, já organiza uma motorromaria até Canindé. “Sofri um acidente de moto, na hora, me apeguei com São Francisco”, diz.

Para ele, a Motorromaria com Maria também chama a atenção para os cuidados no trânsito. “Têm regras que a gente tem que obedecer”, reforça. Conservar tração, iluminação e pneus em bom estado, manter distância média de 20 a 30 metros dos outros veículos, não levar criança menores de sete anos, reduzir a velocidade antes das curvas e não ziguezaguear são alguns dos mandamentos, elenca o motoqueiro. (Ana Mary C. Cavalcante)



FOTOS IGOR DE MELO

III Motorromaria com Maria saiu da catedral e seguiu até o Santuário de Nossa Senhora da Assunção

## EM MAIS

➤ A festa de Nossa Senhora da Assunção é uma das mais antigas da Igreja católica. Celebrada todo dia 15 de agosto, a devoção

a Nossa Senhora da Assunção vem de Portugal, desde o século XIV. Para os fiéis, a Santíssima Virgem foi elevada ao céu, pelos anjos, em corpo e alma. O fato extraordinário é popularmente

conhecido como “Assunção de Maria” e foi definido como dogma católico, em 1950, pelo papa Pio XII.

➤ Fortaleza, colonizada, principalmente, pelos portugueses, tem Nossa Senhora da Assunção como padroeira. A escolha remonta à conquista do forte

Schoonenborch, em 1654, por militares lusos. O forte, construído por holandeses (1649), na enseada do Mucuripe,

é apontado, por muitos historiadores, como o berço da cidade. Com a tomada pelos portugueses, a edificação passou a se chamar Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção.

## FÉ

O funcionário público est Francisco Fernandes Neto participa da Motorromaria Maria desde o início do e há três anos. “A fé é o que me traz”, sublinha. C o mesmo fôlego, costume a Canindé (120,2 quilômetro de Fortaleza), na tradição peregrinação de outubro. Ontem, ele comemorou c dos Pais no percurso até Santuário Nossa Senhora Assunção: “Tenho três fil sensacionais, frutos de um bom relacionamento em sempre com fé”.





# Anuário do Ceará será lançado hoje

a sua versão 2009-2010. O lançamento da nova edição será realizado hoje, às 20h, em festa para convidados

Ceará em nossas mãos". É assim que Fábio Campos, editor geral do Anuário do Ceará, descreve a publicação, que terá sua edição 2009-2010 lança-

da hoje, às 20h, no La Maison Dunas, em festa para convidados. São 752 páginas e 10 capítulos que levam o Estado aos leitores. O Anuário do Ceará. Nele, o Ceará é abordado sob seus mais diversos aspectos: da história à cultura, da política à educação, da economia ao meio ambiente. Na nova versão, além da atualização de seu já abrangente conteúdo, novidades que fazem da publicação um raio-x ainda mais completo do Ceará. "Man-tivemos a estrutura-base de seu conteúdo e agregamos, além da atualização das informações, novas abordagens", explica Jocélio Leal, editor executivo do Anuário do Ceará.

Dentre as novidades, está o capítulo "Ceará Univer-sitário". Nele, destaque para a tabela com todos os cursos de graduação existentes no Ceará, na

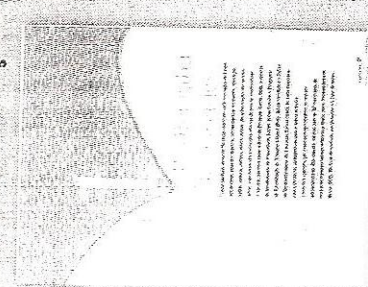
cada curso e quantas vagas são disponibilizadas. No capítulo "Radiografia das Cidades", foram acrescentados os dados sobre a rede de proteção social - Previdência, Bolsa Família e Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) - e o Índice da Educação Básica (Ideb) de cada município. Já no capítulo Ceará, um megamorfógrá-fico mostra o Estado como se fosse uma aldeia de 100 habitantes, uma forma fácil de compreendê-lo. Outra dentre as várias novidades é o capítulo que conta a história da água, inspiração para o projeto gráfico do Anuário do Ceará 2009-2010.

Do conteúdo já consagra-do, destaque para a pes-quisa Anuário-Datafolha, que aponta as marcas mais lem-bradas pelos cearenses em 33 segmentos. Tratando de po-lítica, o Anuário traz o perfil de cada um dos senadores, deputados federais e estaduais, dos vereadores da Capital, do governador do Estado e de seus secretários e da prefeita de Fortaleza, além dos deputados mais influen-tes apontados pelos colegas de Casa. Também são apre-sentados os desembargadores e a estrutura da Justiça. Em economia, os maiores se-tores e as empresas expor-tadoras, a balança comercial do Ceará, os maiores contri-buintes em impostos, as 100 maiores empresas cearenses apontadas pelo prêmio Del-miro Gouveia e o passo-a-passo para se criar uma em-presa. O patrimônio histórico material e imaterial do Ceará

informação e pelo didatismo. Seu conteúdo é o mais atual, tem como fontes instituições de grande credibilidade - so-bretudo agências e institui-ções oficiais - e está organi-zado da maneira mais clara. O trabalho dos editores e re-pórteres é reforçado por uma checagem criteriosa, a cargo do professor André Rosa. "As informações que estão por aí dispersas, em múltiplos luga-res, ou nos escaninhos das instituições, são levantadas de forma profissional e com o máximo rigor na apuração", afirma Fábio Campos. É desta forma que o Anuário se faz ferramenta confiável e essen-cial para quem quer conhecer o Estado.

**O Anuário traz o Ceará com primazia, pelo rigor na informação e pelo**

## CONTEÚDO DA PUBLICAÇÃO



## Radiografia das cidades

> Gráfico sobre as municipalidades

## Publicação a mais antiga

O Anuário do Ceará é a publicação mais antiga ainda em circulação do Ceará. Com cerca de 150 anos, a primeira edição publicada em meados do século XIX com o nome Almanach do Ceará. Era um livro de páginas literárias, compilação de nomes e dos funcionários públicos. O editor responsável era J. Mendes da Cruz Guimarães.

Só no final da década de 1920, sob responsabilidade de Silveira Marinho, passou a conter indicadores estatísticos e municipais. Os intelectuais Raimundo Girão e Antônio Martins Filho assinaram o Anuário, entre 1930 e 1950. Em 1960, Lustosa da Costa e Dorian Sampaio assumiram a publicação. Sampaio ficou como editor único até 1990, quando se aposentou e foi



## Anuário do Ceará

Valor - R\$ 44,90 e R\$ 32,90

para assinantes



## PASSAGENS AÉREAS

> VÁLIDO PARA VOOS ATÉ 14/8/2009

**IBIO**

VTO DIA 6/8/2009

**PAR: R\$ 1,83**

**RO: R\$ 2,63**

**CO: R\$ 0,48**

> **SÃO PAULO**

<b>AZUL</b>	<b>R\$ 469</b>
<b>TAM</b>	<b>R\$ 519,5</b>
<b>GOL</b>	<b>R\$ 469</b>

> **RIO DE JANEIRO**

<b>AZUL</b>	<b>R\$ 549</b>
<b>TAM</b>	<b>R\$ 759,5</b>
<b>GOL</b>	<b>R\$ 549</b>

> **MANAUS**

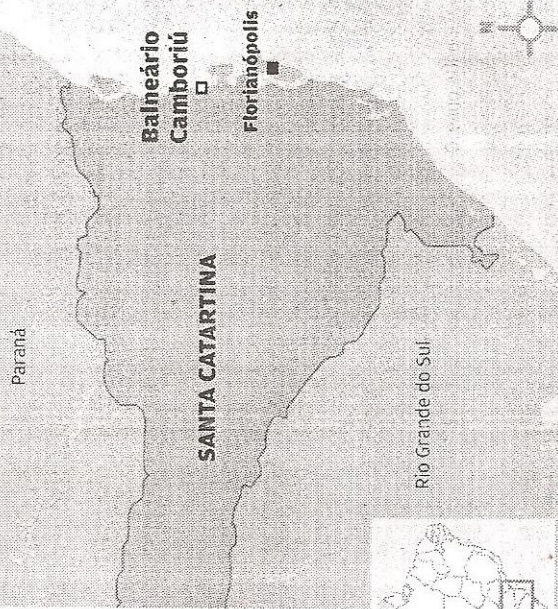
<b>AZUL</b>	<b>R\$ 599</b>
<b>TAM</b>	<b>R\$ 809,5</b>
<b>GOL</b>	<b>R\$ 589</b>

## MALAS PRONTAS

Para quem vai viajar e quer levar uma mala bem feita, a próxima aula da Universidade Casablanca Turismo é imperdível. Amanhã, às 19h, a personal organizer Kátia Andreoli ensina a arrumar a bagagem. O encontro será na filial Ideal (av. Monsenhor Tabosa, 1521 - Meireles). Info.: (85) 3466.6029.

## CHEGAR

## LINEÁRIO CAMBORIÚ



**1** > Há voos diários das principais companhias aéreas - TAM, Gol e Azul - para os aeroportos catarinenses de Florianópolis e Navegantes, que ficam a 17 e 60 quilômetros de distância de Balneário Camboriú, respectivamente.

**2** > Algumas das grandes agências e operadoras de turismo de Fortaleza fazem pacotes que incluem passeios para Balneário Camboriú. É o caso da CVC, da Casablanca e da Catavento. Mas é bom ressaltar que não há excursões exclusivas para este destino. Os pacotes, geralmente, incluem outras cidades catarinenses.

## ONDE FICAR

> **Mercure Hotel Camboriú Internacional**

**Endereço:** Avenida Atlântica, 2010  
Info.: (47) 3263-5800  
[www.accorhotels.com.br](http://www.accorhotels.com.br)

> **Hotel Miramar**

**Endereço:** Av. Central, 25  
Info. (47) 3261-4444  
[www.hotelmiramar.com.br](http://www.hotelmiramar.com.br)

> **Hotel Plaza Camboriú**

**Endereço:** Av. Brasil, 1410  
Info.: (47) 3367-0700  
[www.plazacamboriu.com.br](http://www.plazacamboriu.com.br)  
[hotel@plazacamboriu.com.br](mailto:hotel@plazacamboriu.com.br)

> **Hotel Pires**

**Endereço:** Av. Brasil, 1725  
Info.: (47) 3367-2028  
[www.hotelpires.com.br](http://www.hotelpires.com.br)

## QUANTO CUSTA

**1,6 mil**

**REAIS** É O VALOR MÉDIO DE UM PACOTE DE SETE DIÁRIAS DA CVC TURISMO, INCLUI PASSAGEM AÉREA, TRANSLADO E HOSPEDAGEM

**1,1 mil**

**REAIS** É O VALOR DAS PASSAGENS AÉREAS (IDA E VOLTA) ENTRE FORTALEZA E O AEROPORTO DE NAVEGANTES (SC), DISTANTE 17 KM DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ

## OPERADORAS

> **CVC TURISMO**

**Endereço:** Av. Washington Soares 85 - Edson Queiroz  
**Info.:** 3444.3900 e  
[www.cvc.com.br](http://www.cvc.com.br)

> **CASABLANCA TURISMO**

**Endereço:** Rua Oswaldo Cruz, 2040 - Aldeota  
**Telefone:** 3466.6000  
**Fax:** 3466.6056  
[www.casablanca.tur.br](http://www.casablanca.tur.br)

> **CATAVENTO TURISMO**

**Endereço:** Av. Desembargador Moreira, 2059 - Aldeota  
**Telefone:** 3433.6999  
**Fax:** 3244.1428  
[www.cataventoturismo.com.br](http://www.cataventoturismo.com.br)

